



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE ERECHIM  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ELISIANE GNOVATTO

**IDENTIDADE E NACIONALISMO: AS SOCIEDADES ÉTNICAS EM BARRO-  
GAURAMA (1910-1942)**

ERECHIM

2015

ELISIANE GNOVATTO

**Identidade e Nacionalismo: As Sociedades Étnicas em Barro/Gaurama  
(1910-1942)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de grau de  
Licenciatura em História da Universidade Federal da  
Fronteira Sul.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Isabel Rosa Gritti.

ERECHIM

2015

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Marinês e José, por todos estes anos de incentivo, confiança e apoio incondicional. Sem vocês, com certeza, não conseguiria.

Ao meu namorado Darlan, pela compreensão, carinho e paciência.

Ao meu irmão Lucas e aos meus avós Verônica e Alfonso que sempre confiaram e se preocuparam comigo.

À professora e amiga Gládis Wolff, que além de ser minha referência, lhe agradeço pelo intenso estímulo, pelas incontáveis horas de seu tempo em que se dedicou a me ajudar e por sempre acreditar no meu trabalho.

À minha colega e amiga Salete Cordone, por vivenciar comigo esta caminhada na qual tanto aprendemos juntas. Obrigada por sempre me entender e me ajudar.

À minha orientadora pelo apoio e confiança.

À todos que, mesmo não estando citados aqui, fizeram parte da minha formação.

“Nosso passado é o futuro de outros, assim como nosso presente é o passado de outros. Somos os outros”. (HELLER, 1993, p. 55)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – A Estação Barro em 1936, com o agente e atendentes do trem .....	56
Fotografia 2 – Página 14 do manuscrito de Paulo Carlos Moron, escrito em 1968. Apresenta a existência de três sociedades étnicas no povoado Barro no ano de 1928 .....	66
Fotografia 3 – Encontro festivo de imigrantes poloneses, Sociedade Polonesa, década de 20 ou 30 .....	68
Fotografia 4 – Carnaval de 1927 na Sociedade Polonesa identificam-se: Oscar de Paris; Emílio Diemer; Angelo Dezordi; Placidia Bertagnoli; Ipenor Bertagnoli; Martin Dezordi; Capitão Homero; Sabino de Paris; rainha Maria Costa (sobre o carro); rei Palma (no primeiro plano apoiado) .....	69
Fotografia 5 – Escola Polono-Brasileira, fundada em 1918, pelo professor Boleslau Wenceslewski .....	70
Fotografia 6 – Escola Polonesa em Alto Caçador, interior de Gaurama. Ano de 1928 .....	72
Fotografia 7 – Senhoras da Sociedade Polonesa. O grupo estava lembrando a data "pós-mortem", de uma pessoa. O mesmo está no quadro que se encontra dentro de uma moldura de madeira, ornada de uma fita preta, em sinal de luto .....	73
Fotografia 8 – Em maio de 1933 passeata nazista saindo da Sociedade Alemã Deutscher Verein Graf von Spee em Barro .....	75
Fotografia 9 – Escola Teuto Brasileira em Barro. Professor Grieser e seus alunos .....	77
Fotografia 10 – Membros da sociedade alemã Von Hindenburg com vestimentas usadas para a ginástica .....	78
Fotografia 11 – Família Asen com vestimentas integralistas em Barro. Integrantes da sociedade alemã General Feldmarschal von Hindenburg .....	79
Fotografia 12 – Recepção de cidadãos ao Dr. Finocchio (centro da foto) após seu retorno da prisão. ....	83
Fotografia 13 – Certidão de Registro de Estrangeiro de Luiz Esposito, 1939 .....	84
Fotografia 14 – Salvo Conduto de João Vendruscolo, 1942 .....	85
Fotografia 15 – Convite para inauguração do retrato de Getúlio Vargas no núcleo “Jardim”, 1939 .....	87
Fotografia 16 – Ata de nº 1, redigida no dia 04/12/1938 (Livro de actas nº 1, da Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense aberto em 26/05/1939) .....	89
Fotografia 17 – Ata de nº 11, redigida no dia 10/02/1942 (Livro de actas nº 1, da Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense aberto em 26/05/1939) .....	90

## **LISTA DE SIGLAS**

AIB Ação Integralista Brasileira  
ANL Aliança Nacional Libertadora  
CAE Conselho Administrativo de Estado  
DAE Departamento Administrativo de Estado  
DIP Departamento de Imprensa e Propaganda  
EUA Estados Unidos da América  
PRR Partido Republicano Riograndense  
PRP Partido de Representação Popular  
PSD Partido Social Democrático  
PTB Partido Trabalhista Brasileiro  
UDN União Democrática Nacional  
VFRGS Viação Férrea do Rio Grande do Sul

## RESUMO

O trabalho discute a presença e a atuação de quatro sociedades étnicas em Barro (atual Gaurama) e pretende demonstrar que as ações praticadas durante a Campanha de Nacionalização imposta por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), sobretudo a partir de 1942, quando ele irá se posicionar contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial, vai as impactar e dissolver. A pesquisa também procura esboçar algumas noções teóricas de nação, identidade, nacionalismo e etnia para liderar discussões que irão surgir ao longo da mesma. Evidencia-se a constituição da região estudada, para ter uma noção do tamanho da influência de políticas públicas de caráter nacionalista. Também as manifestações culturais étnicas criminalizadas em uma sociedade composta principalmente de migrantes e imigrantes, que foram obrigados a se comunicarem somente em Português e tolhidos em suas manifestações de tradições trazidas em sua bagagem cultural.

**PALAVRAS CHAVE:** Sociedades Étnicas. Política. Nacionalismo. Identidade.

## **ABSTRACT**

The work discusses the presence and the performance of four ethnic societies in Mud (current Gaurama) and it intends to demonstrate that the actions practiced during the Campaign of Nationalization imposed by Getúlio Vargas during the New State (1937 -1945), above all starting from 1942 when he will position against the Axis in Second World War, it is going to impact and to dissolve. The research also tries to show some theoretical notions of nation, identity, nationalism and ethnicity, to lead discussions that will appear along the same. The constitution of the studied area is evidenced, to have a notion of the size of the influence of public politics of nationalist character and the manifestations of ethnic cultural criminalized in a society composed mainly of migrants and immigrants, weren't able to communicate in Portuguese, neither forget all your luggage knowledge and traditions.

**KEY-WORDS:** Ethnic Societies. Politics. Nationalism. Identity.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 O BRASIL DA ERA VARGAS</b> .....	<b>14</b>
1.1 ESTADO NOVO E O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....	15
<b>1.1.1 Integralismo Tupiniquim: O Fascismo à Brasileira</b> .....	<b>25</b>
1.2 NAÇÃO E NACIONALISMO .....	33
1.3 (I) MIGRANTES: ETNICIDADE E IDENTIDADE .....	38
<b>2 PELOS CAMINHOS DE FERRO NASCEM AS COLÔNIAS</b> .....	<b>41</b>
2.1 A OCUPAÇÃO E A COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR INTERPRETATIVO .....	44
<b>2.1.1 A ocupação do norte gaúcho: A formação da Estação Colônia Barro</b> .....	<b>53</b>
2.1.1.1 A arquitetura social de Barro: a multietnicidade .....	57
2.1.1.1.1 <i>Quistos Étnicos: Os espaços da identidade do (i) migrantes</i> .....	61
<b>3 A EXPERIÊNCIA DAS SOCIEDADES ÉTNICAS EM BARRO</b> .....	<b>65</b>
3.1 SOCIEDADE MARECHAL JOSÉJ PILZUDSKI .....	67
3.2 SOCIEDADE ITALIANA DI MUTUO SOCCORSO PRINCIPESSA MAFALDA .....	73
3.3 SOCIEDADE DEUTSCHER VEREIN GRAF VON SPEE .....	74
3.4 SOCIEDADE GENERALFELDMARSCHALL VON HINDENBURG .....	78
<b>4 OS EFEITOS DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM BARRO: CAMPO DE BATALHA</b> .....	<b>81</b>
4.1 O FIM DAS SOCIEDADES ÉTNICAS E A FUNDAÇÃO DO CLUBE ALIANÇA .....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>93</b>
ANEXO – A .....	98
ANEXO – B .....	99
ANEXO – C .....	100

## INTRODUÇÃO

O início do século XX foi caracterizado pela instabilidade econômica, política e social, mas o Imperialismo que desencadeia a Primeira Guerra Mundial e logo depois a Grande Depressão de 1929, vem modificar o cenário mundial acarretando diversas mudanças políticas no âmbito nacional e internacional.

O cenário externo mundial influenciou diretamente o Brasil. A República Velha foi se enfraquecendo devido aos diversos conflitos sociais que desenham um ambiente de disputa política e econômica, rompendo com a velha ordem social oligárquica e fazendo um reajustamento dos setores emergentes na sociedade em contraponto aos setores tradicionais. Como consequência do embate, o país busca a substituição de uma economia agrária exportadora para outra industrializada voltada para o mercado interno. Identificavam-se problemas no processo eleitoral, no sistema educacional, no apoio para a indústria nascente e nas relações trabalhistas.

No plano político, dentre os principais acontecimentos temos a deposição de Washington Luís (presidente paulista coligado a política do café com leite) dominante até então, para a tomada violenta de poder do gaúcho Getúlio Vargas. Era integrante da Aliança Liberal e representante das forças de oposição com cunho de movimento revolucionário ocorrido em outubro de 1930. Este processo que estabelece Vargas na presidência provisória do Brasil até 1934, quando é eleito presidente da República pelo Congresso, marca a substituição de um regime oligárquico por um Estado forte, centralizador e antiliberal, não perdendo sua aparência de democrático.

Somente no século XX a democracia foi alcançada nos países mais desenvolvidos com o avanço capitalista. Embora o período brasileiro não oferecesse condições para a efetivação de uma democracia de fato, Getúlio incentivava a industrialização e criava uma classe média que no governo anterior não se sentia representada. Contudo, não se pode considerá-lo como democrático, pois não estava de acordo com o “ideal” que demandava a existência de partidos ideológicos para a intermediação entre o líder e o povo. (BRESSER-PEREIRA, 2012)

A formação da sociedade brasileira também contou com a colaboração de intelectuais como Euclides da Cunha, Olavo Bilac, Silvio Romero e Alberto Torres que elaboraram suas concepções ideológicas ainda na década de 1920, tratando o Estado como corrupto e individualista não representando as necessidades da sociedade brasileira no período. Defendiam uma sociedade organizada e a eliminação dos partidos. Na década de 1930, essas

concepções virão à tona. (FAUSTO, 2001)

E, a partir disso, podemos perceber a complexidade da construção da identidade brasileira, devido a grande quantidade de matrizes culturais que participaram desse processo, sem deixar de mencionar as tensões que aconteceram ao longo desta movimentação. Num país cuja identidade nacional estava em construção, toda e qualquer influência poderia ser determinante para o seu êxito ou fracasso.

As levas migratórias vindas da Europa ainda estavam aportando no Brasil, neste período fugindo da fome, da ameaça da guerra e da guerra propriamente dita. Encontravam em terras tupiniquins a oportunidade de reestruturarem-se economicamente acalentando o sonho de volta às suas pátrias mães.

Tendo em vista essa situação, os colonos migrantes das colônias velhas e os imigrantes vindos da Europa, procuram estabelecerem-se em grupos com afinidades culturais, políticas e ideológicas para sentirem-se acolhidos em um ambiente que demonstrava ser bem hostil para quem não o conhecia ou não estava adaptado. Este foi o ponto de partida para a formação de um ideal de grupo que dava suporte à integração entre os pares e na diminuição da saudade da terra natal. Esta idealização de grupo provavelmente foi o embrião das futuras sociedades étnicas.

Com o início da segunda grande guerra em 1939, o cenário começou a ficar turvo, até chegar no ano de 1942 quando o Brasil de fato se posicionou. Pior para as sociedades étnicas e para todos aqueles que cultuavam e cultivavam as tradições de sua etnia, principalmente o idioma, que foram, em muitos casos, brutalmente perseguidos por um governo que adotou posturas nacionalistas exageradas e ásperas.

Falar italiano, polonês, russo, alemão ou qualquer outro idioma tornou-se crime. Como proceder então? Em que critérios o governo se amparou? Quais as implicações para os grupos sociais que ainda não se comunicavam em português? Perguntas de difíceis respostas mas que nos ajudam na compreensão das motivações que levaram o governo a agir de maneira tão firme.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o impacto da campanha nacionalista de Vargas na dissolução das sociedades étnicas de Barro (Gaurama). Tem como objetivos específicos, abordar a ocupação do espaço do atual município de Gaurama a partir da (i)migração no início do século XX; conceituar a ideia de nação, nacionalismo, etnia e identidade; estudar a formação de sociedades étnicas, seus objetivos, suas práticas e seu papel sócio-político na colônia Barro; estabelecer a relação da ideologia integralista com os

fascismos em ascensão no período estudado e sua disseminação na colônia Barro; analisar a ação política de Getúlio Vargas e as legislações restritivas às manifestações culturais-étnicas e por fim, apontar as consequências da campanha nacionalista de Vargas em relação as sociedades étnicas.

Para dar conta destes objetivos, ele foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, vamos contextualizar a Era Vargas (participação do Brasil na II Guerra, surgimento do Integralismo) e subdividi-lo de maneira que abranja também alguns conceitos fundamentais para a sua compreensão, como por exemplo o conceito de nação, nacionalismo, identidade e etnicidade. No segundo capítulo, problematizaremos o processo de colonização do RS e da Colônia Erechim; no terceiro trabalharemos com as Sociedades Étnicas de Barro e no quarto e último apontamos os impactos das leis nacionalistas do governo de Getúlio Vargas nestas sociedades, e seu papel da dissolução delas.

## 1 O BRASIL DA ERA VARGAS

Lembrei-me que, se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, teria aí um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua da experiência a consultar. Não o fiz durante a minha mocidade... Lembrei-me disso hoje, dia da Revolução... Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventureiro? (Getúlio Vargas)

Vargas é considerado o construtor do moderno Estado brasileiro dando início a uma série de mudanças, firmando compromissos com o desenvolvimento do país para que este completasse sua revolução nacional e capitalista. Celso Furtado (1977) sustenta que o governo de Vargas não tinha um projeto consciente de industrialização para o país e que o início desse processo foi um subproduto das políticas monetárias e cambiais utilizadas para a defesa das oligarquias cafeeiras. Por sua vez, Pedro César Dutra Fonseca (2003) discorda de Furtado pois, para ele, o Governo Vargas tinha consciência de que estava promovendo a industrialização, embasando seu discurso na intencionalidade dos órgãos estatais criados no período.

É preciso considerar que a revolução não significou apenas uma mobilização de massas mas uma briga de interesses entre a elite agrária e militar resultando no predomínio de classes industriais e agro exportadoras. Luiz Carlos Bresser-Pereira (2012) comenta que:

Percebeu, quando chegou à presidência da República, que já existia uma classe de empresários industriais que poderia se constituir na base do desenvolvimento econômico do país, mas que faltava a essa classe a liderança política necessária; deu-se conta, também, que reorganizando o Estado e dotando-o de uma burocracia pública de primeira qualidade, esta poderia ser a sócia ideal da burguesia industrial no processo industrialização; reconheceu que o capitalismo brasileiro já produzira um operariado urbano, tratou de se aproximar dele e buscar legitimidade política para seu próprio membro da oligarquia que dominava secularmente o país [...]. (BRESSER-PEREIRA, p. 99)

Algumas medidas de cunho autoritário e nacionalista estavam sendo impostas por Vargas ainda no governo provisório. De forma a integrar cada vez mais o país, visava findar os possíveis combates regionais disseminando e esclarecendo a importância dos benefícios da composição da renda nacional iniciando uma forte tendência para a centralização. Vargas entendia que somente conseguiria recuperar o atraso do Brasil no campo econômico, se empregasse o nacionalismo em seu governo.

O Nacionalismo é considerado, segundo Bresser-Pereira (2012), uma ideologia essencial para a formação do Estado-nação. Para a concretização do mesmo, Getúlio precisava contar com a participação do maior número de cidadãos e, para alcançar o objetivo

recorre às classes populares. Apesar de acrescentar à sua política o populismo não deixou enfraquecer os laços com a elite.<sup>1</sup>

Desde o início do governo provisório, Vargas já assistia a levantes da sociedade que conspiravam contra ele e as principais bases de sustentação do governo dissolviam-se gradativamente. No Rio Grande do Sul, militares e políticos da frente única liberal, inclusive o interventor Flores da Cunha. A Aliança Liberal dividiu-se quando Francisco Campos rompeu com o Partido Republicano e organizou a Legião de Outubro (depois Legião Liberal).

O enfraquecimento do governo possibilitou o desencadeamento, entre julho e setembro de 1932, de uma insurreição em São Paulo, denominada de Revolução Constitucionalista que visava a derrubada do governo provisório. Esse conflito advinha de reclamações da centralização excessiva, da intransigência, do autoritarismo e do favorecimento à indústria, embora parte importante do empresariado industrial também fosse ligado à lavoura.

Embora Getúlio tivesse derrotado o levante paulista, convocado eleições para a Constituinte e conciliado com as mesmas elites agrárias, burocratas e militares que derrubara em 1930, essa adaptação não foi tranquila. A partir de 1933 ampliaram-se as agitações populares e operárias, desencadearam-se demonstrações fascistas da Ação Integralista Brasileira (AIB) – nacionalista e antiliberal – que apoiara o golpe varguista. Ao ser estrategicamente desprezado por Vargas, seus membros e dirigentes revoltaram-se. Além de manifestações da Aliança Nacional Libertadora (ANL), nitidamente de oposição à Vargas, que congregava socialistas, comunistas, nacionalistas, católicos e democratas.

O clima político radicalizava-se constantemente. Em novembro de 1935, levantes comunistas, rapidamente contidos, romperam em Natal, Rio de Janeiro e Recife. O comunismo foi tratado como o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 20, foi o argumento para a realização de uma campanha de propaganda anticomunista que o governo usou para reprimir e controlar a sociedade.

## 1.1 ESTADO NOVO E O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Desde a Revolução de 1930 forças políticas distintas conduzem os processos revolucionários, umas defendem medidas mais centralizadoras e autoritárias, insistindo em um regime forte e apertado, outras acreditam em medidas mais liberais e maior autonomia

---

<sup>1</sup>Análises e conceitos a respeito do nacionalismo trataremos em capítulo específico neste trabalho.

regional. Durante todo o período, entre a revolução e o golpe, as disputas foram intensas e concomitantemente, a elite e os militares foram sendo lançados ao poder.

Conforme a Constituição, as eleições subsequentes ocorreriam em 1938, a campanha porém já se iniciara em 1936 com as candidaturas do paulista Armando de Sales Oliveira, candidato dos liberais, do paraibano José Américo, candidato de Getúlio Vargas, e Plínio Salgado, candidato dos integralistas.

Ao aproximarem-se as eleições, Vargas tramava sua continuidade e as Forças Armadas conspiravam por uma ditadura. No final de 1937, encontrou-se um pretexto para o golpe: um suposto Plano Cohen, um curto documento publicado em 29 de setembro o qual as rádios brasileiras o anunciavam como um plano onde os comunistas pretendiam subverter o país. Na verdade, tal plano não existia foi preparado pelo capitão Mourão Filho, do grupo integralista do Exército que o entregou a Góis Monteiro, chefe do Estado Maior.

Os efeitos da divulgação do Plano Cohen foram imediatos. O Congresso aprovou, por maioria de votos, o estado de guerra e a suspensão dos direitos constitucionais. No dia 10 de novembro, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. À noite através de um golpe de estado, apoiado pelas Forças Armadas e pelos integralistas, Vargas anuncia pela rádio uma nova fase política e a entrada em vigor de uma nova Carta Constitucional<sup>2</sup> elaborada por Francisco Campos inspirada nos regimes fascistas emergentes na Europa e baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo de organização da sociedade antiliberal.

Iniciava-se, assim, a terceira fase do governo getulista denominado de Estado Novo, que também se apresentava como o Estado Nacional, um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil caracterizado pelo antiliberalismo e por uma proposta de Estado forte.

Dulce Chaves Pandolfi (2012) defende que a Revolução de 1930 e o golpe de 1937 fazem parte de um mesmo processo: “[...] o Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930”. (PANDOLFI, p.35)

Seguindo a mesma linha de pensamento, Bóris Fausto acredita, no que concerne às características do novo regime, que são oriundas de doutrinas de diferentes matizes. As Forças

---

<sup>2</sup>A Carta de 37 foi inspirada na Carta del Lavoro e na Constituição polonesa recebendo, por isso, o apelido de “Polaca”.

Armadas defendiam concepções de cunho autoritário como a centralização do poder e o reforço da unidade nacional. Define a crise mundial de 1929 como o fator crucial para o autoritarismo uma vez que a crise desmonta pressupostos do capitalismo liberal. Para Fausto (1999):

Isso não quer dizer que em 1930 já estava dado, inexoravelmente, o desfecho de 1937. Parece-me ter existido, porém, desde logo, um projeto político centralizador, unitário, antiparlamentar, forjado por Getúlio e sua *entourage* civil e por alguns nomes da cúpula do Exército, dentre os quais se destaca o general Góis Monteiro (FAUSTO, p. 20).

A historiadora Ângela Maria de Castro Gomes (1982) afirma que na década de 30 se retoma a construção ou restauração de uma tradição brasileira. A discussão é iniciada com a Revolução, porém é em 1937 que o projeto desdobra-se. O ato de “restaurar” a sociedade brasileira significa para a autora “retirá-la do estado da natureza, isto é, organizá-la pela via do poder político”. A ruptura que o acontecimento revolucionário provoca na sociedade brasileira é considerado por ela como um “redescobrimento do Brasil”. Neste sentido, também entende as duas etapas como partes de um mesmo processo revolucionário:

Daí a importância estratégica que a Revolução de 1930 assume no discurso de 1937 e daí também o valor esclarecedor de sua caracterização: a especificidade de 30 guarda em seu interior a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe é posterior; 1930 é o início daquilo que 1937 quer e deve realizar (GOMES, p. 112-113).

Não houve sérias resistências ao golpe. As medidas vigentes desde novembro de 1935 impediam toda e qualquer contestação. Um atributo do período foi, sem dúvida, a política sindical e trabalhista, consolidada no corporativismo<sup>3</sup>, na centralização e na hierarquia de suas esferas.

A nova Constituição nunca foi submetida a referendo popular. O Congresso jamais se reuniu e os estados passaram a ser governados por interventores, coordenadores políticos designados diretamente pelo próprio presidente. Além deste, foram criados os departamentos estaduais que funcionavam como substitutos do Legislativo e como órgão supervisor do Executivo.

---

<sup>3</sup>O corporativismo, em geral, está associado a movimentos e regimes antilibertários e antiigualitários sendo o oposto do liberalismo. Fundamenta-se em uma manifestação de extrema direita e sua origem está associada a correntes legitimistas católicas. No Brasil, o regime corporativo indica uma ideia de democracia autoritária regulada pelo Estado e por órgãos corporativos.



No artigo 176 da Constituição de 1937 falava-se de “constituições estaduais” e de “governadores eleitos”. Mas, na prática isso não aconteceu. Francisco Campos (2001) disse que o Estado Novo “unificou a nação dividida; pôs termo às lutas sociais e políticas, está eliminando as injustiças econômicas; impôs silêncio à querela dos partidos, empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo e da nação” (CAMPOS, p. 194-195).

A modernização ganhou mais força nesta fase, sendo um dos argumentos utilizados para o golpe como uma necessidade de mudanças que inseriria o país num patamar de progresso que o tornasse capaz de equipará-lo com países mais desenvolvidos. No início da década de 30 ou ainda na República Velha, Vargas descrevia a necessidade de desenvolver o país economicamente, mas é somente a partir de 1937 que de ideia tornou-se uma ação governamental. Argumentava-se que somente um Estado forte conseguiria promover uma reorganização da sociedade, condição para superar o atraso do país e promover o desenvolvimento nacional.

No Rio Grande do Sul, em 1937, havia tensões entre o governador do estado, Flores da Cunha que apoiava a candidatura do paulista Armando de Sales Oliveira, candidato dos liberais posicionando-se, desta forma contra Vargas gerando uma intervenção federal antecipada no estado. Vargas tinha o apoio das Forças Armadas e da Frente Única e, juntos, opuseram-se a Flores da Cunha que não resistiu às pressões e renunciou em outubro de 1937.

Em seguida, a disposição de governo dos interventores no Rio Grande do Sul, compuseram respectivamente, Daltro Filho, Cordeiro de Farias e Ernesto Dorneles. Em 3 de agosto de 1939 foi instalado no estado o Departamento Administrativo de Estado (DAE) que, em 21 de maio de 1943 foi renomeado para Conselho Administrativo de Estado (CAE) e extinto somente em 31 de julho de 1947. Composto por sete membros o DAE/CAE constituiu de acordo com René Gertz (2005):

um substitutivo às Assembleias Legislativas, fechadas com a decretação do Estado Novo. Seus membros eram nomeados pelo presidente da República, deveriam ser brasileiros natos e ter idade superior a 25 anos. Pelo DAE/CAE deveriam passar os projetos legislativos do interventor estadual, os orçamentos estadual e municipais, cabendo-lhe fiscalizar seu cumprimento; deveria supervisionar o funcionamento dos órgãos administrativos estaduais e municipais, para garantir sua adequação a um bom desempenho; devia elaborar pareceres sobre atos das administrações municipais, quando solicitado pelo interventor. (GERTZ, p. 65)

O fortalecimento do Estado era justificado no discurso político produzido no período.

Este deveria ser capaz de assegurar a produção e a divulgação de ideias que legitimam sua ideologia política que é tida como um recurso fundamental para articular não somente o que existe, mas o que se quer que exista. Era preciso fundar um novo Estado Nacional, o qual se auto definia como democrático e social.

Diferentemente dos governos anteriores, que consideravam os problemas sociais como inevitáveis, a produção de um projeto ideológico no Estado Novo significou o desamparo da autoridade no que diz respeito aos problemas políticos e uma maior concentração em medidas relacionadas ao bem social. Assim, a luta contra a pobreza e a questão do trabalho deram entrada na cena política do país. Para Gomes: “A nova política de democracia autoritária se explica a partir do homem/trabalhador e a ele se destina. A condução deste homem ao centro do cenário político é obra de um verdadeiro herói: o Presidente Getúlio Vargas” (GOMES, p. 146)

Acreditava-se que o desenvolvimento econômico da nação possibilitaria a resolução de problemas como a miséria e as desigualdades regionais. Para que este objetivo fosse alcançado seria necessário, conforme Fonseca (1989) o: “[...] trabalho e esforço de todos: dos empresários – aos quais Vargas apelava à imaginação e à iniciativa, à realização de novos investimentos e à modernização dos processos produtivos – e dos trabalhadores, dos quais se esperava trabalho e disciplina” (FONSECA, p. 257).

Desta forma os primeiros iriam se beneficiar com o aumento dos lucros enquanto que os segundos, além da legislação trabalhista, poderiam alcançar uma sociedade mais igualitária. O desenvolvimento econômico tornou-se fonte de legitimidade, uma ideologia do governo getulista o qual estava presente em todos os discursos inclusive, após o fim do Estado Novo. Tinha-se como principal proposta a consolidação de um mercado interno forte.

Para que o regime prosperasse seria preciso que as pessoas tivessem credibilidade no líder. Desta forma, grupos simpatizantes à Vargas acreditavam lealmente e textualmente em suas palavras e a confiança os envolvia num ambiente de honestidade e ingenuidade e, que, desta forma os ajudava a cumprir uma parte significativa de sua tarefa, isto é, inspirar confiança no movimento.

Tratava-se, também, de um projeto de governo autoritário. No decorrer de toda a década de 1930, no Brasil, valores e princípios autoritários foram defendidos não somente por Vargas mas também pelos integralistas, comunistas, setores da Igreja Católica e intelectuais. Ambos produziram quantia significativa de discursos reafirmando esta tendência.

Apesar de apresentar aspectos próprios, o Estado Novo teve inegável inspiração

européia do período como a organização do poder através do lema positivista “progresso dentro da ordem”<sup>4</sup>. A finalidade do progresso, por sua vez, demanda a ordem e, juntos, constituem a base da política estado-novista. Para atingir o objetivo o governo utilizou-se de duas estratégias: a propaganda política – censura aos meios de comunicação e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (1939) – e a repressão aos opositores.

O DIP, criado pelo Estado e diretamente subordinado à ele. Recebeu funções bastante extensas:

[...] incluindo o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, a literatura 'social e política', a organização do programa de rádio oficial do governo, a proibição da entrada no país de 'publicações nocivas aos interesses brasileiros', a colaboração com a imprensa estrangeira a fim de evitar que fossem divulgadas 'informações nocivas ao crédito e à cultura do país'. (FAUSTO, 2009, p. 207-208)

Naturalmente, foram os comunistas os mais perseguidos pela ditadura varguista que prendia e torturava toda a oposição, inclusive a liberal e democrática. Intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda foram forçados ao exílio. Os antigos aliados, como os integralistas que tentaram um golpe em 1938 também foram enfrentados e derrotados.<sup>5</sup>

As vozes opositoras foram abafadas e buscou-se formar uma opinião pública favorável ao governo elaborando sua versão da fase histórica da qual o país vivia. A instrumentação do rádio ganhou impulso em 1938 com a instituição da *Hora do Brasil* transmitida em cadeia nacional, não obrigatória. Porém, a partir de fins de 1939 um decreto regula minuciosamente a radiodifusão tornando o programa obrigatório e o DIP assume seu controle. Em 1940 a estatização da Rádio Nacional marca a continuidade do processo de instrumentação. Conforme Capelato (2011): “A organização da propaganda e da repressão constituiu os dois pilares de sustentação do regime”. (CAPELATO, p. 131)

É preciso levar em consideração que muitos intelectuais do período foram beneficiados pois eram convocados a participar da organização do novo Estado e debater sobre a questão nacional ou criar obras de arte com o intuito de conferir uma aparência mais benevolente do regime.

---

<sup>4</sup>Esta frase é o lema da República brasileira na forma de veredito filosófico e credo político. *Ordre et Progrès*, fórmula conhecidíssima da filosofia política de Auguste Comte, fundador do positivismo. Para ele o progresso representa, da mesma forma que a ordem, um dos requisitos essenciais da civilização moderna.

<sup>5</sup>O golpe integralista de 1938 foi realizado em maio sob a direção de Belmiro Valverde, chefe de uma das facções integralistas. Frustrado pelo não cumprimento do acordo de Getúlio com Plínio Salgado para obter o apoio dos integralistas ao golpe de 1937, Belmiro se aliou a remanescentes antigetulistas, como o coronel Euclides Figueiredo e o tenente Severo Fournier, para atacar o palácio Guanabara, residência oficial do presidente da República, e prender Vargas. O ataque foi um fracasso.

O contexto brasileiro na Segunda Guerra Mundial advém da crise mundial, iniciada nos primeiros anos da década de 30, acentua o declínio da hegemonia da Inglaterra em substituição a emergência dos Estados Unidos da América. Ao mesmo tempo, surge outro competidor em cena, o governo nazista alemão que procurava ampliar, no quadro econômico e político, sua influência na América Latina, região caracterizada pela presença norte-americana.

Diante deste panorama, o Brasil opta por negociar com aquele que lhe oferecesse melhores vantagens. A neutralidade, embora o regime demonstre afinidades com os modelos fascistas, favoreceu que Vargas fizesse um jogo duplo com as potências rivais procurando tirar benefícios da situação.

Até 1940 a Alemanha teve presença crescente no comércio exterior com o Brasil tornando-se a principal compradora do algodão brasileiro e a segunda no mercado do café. Em troca, o país europeu, defendendo uma necessidade de modernização e industrialização do parceiro comercial, oferecia bens que seguiam neste caminho como, por exemplo, material ferroviário. Além disso, em 1938, os militares do Estado Novo obtiveram um importante contrato para o fornecimento de artilharia com a empresa Krupp.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial<sup>6</sup>, em 1939, manteve inicialmente, o governo pró-fascista neutro e sem declarar preferências. Para isso, não hesitava em utilizar o nacionalismo explicando que não aceitaria que o Brasil se tornasse campo de disputas Imperialistas entre potências (FONSECA, 1989).

Internamente, os funcionários e ideólogos do governo divergiam de posição, uns favoráveis à Alemanha – a ala mais forte – e outros aos EUA. Apesar de Vargas discordar da semelhança entre o Estado Novo e os regimes nazifascistas Capelato (2011) demonstra peculiaridades entre os sistemas: “legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o antissemitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração” (CAPELATO, p. 135).

Em fins de 1941, os EUA entraram na guerra, após o ataque japonês a Pearl Harbor (Havaí) e aumentaram a pressão para que os países latino-americanos apoiassem os Aliados. No ano seguinte, chanceleres se encontraram no Rio de Janeiro para uma conferência interamericana na qual o representante do Brasil, Oswaldo Aranha propôs uma ruptura diplomática e comercial com o Eixo e, em troca, os EUA forneceriam armamentos para

---

<sup>6</sup>A Segunda Guerra Mundial foi um conflito bélico envolvendo todo o mundo entre 1939 e 1945. Duas alianças firmaram-se: a do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (Grã-Bretanha, França, URSS e EUA).

defender o território.

Após a conferência, navios brasileiros foram afundados por submarinos alemães. Nesse período as forças aliadas obtinham as primeiras vitórias importantes contra as tropas alemãs na Europa, começando a mudar o rumo da Guerra. Estes episódios estimularam uma movimentação popular, que saía às ruas, exigindo uma declaração de guerra contra o Eixo.

Já não era mais possível manter a neutralidade. Sob forte pressão popular, em agosto, Vargas declara guerra ao Eixo rompendo relações com a Alemanha e posiciona-se oficialmente em favor dos Aliados e compromete-se a participar da Guerra.

Pelo acordo de Washington, travado entre EUA e Brasil, o primeiro cedeu créditos para a recuperação das jazidas de ferro de Minas e da ferrovia do valo do Rio Doce e para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda enquanto que, em troca, o Brasil cedeu bases militares em Belém, Natal, Recife e Salvador e passou a fornecer borracha e minério de ferro para o esforço de guerra americano. A população também exigia que o governo organizasse uma força expedicionária e, ao mesmo tempo, clamavam por liberdade, democracia e anistia.

A oposição explorou a ideia de contradição existente na decisão do governo estadonovista, pois, externamente apoiavam a democracia e internamente exerciam um regime ditatorial e autoritário semelhante àqueles que combatiam.

O quadro político sofreu uma modificação com o aumento da mobilização popular. Havia sinais visíveis de que o regime se debilitava. Em 1943, setores oposicionistas publicaram o Manifesto dos Mineiros<sup>7</sup> - uma primeira reação pública contra o regime ditatorial, assinado por intelectuais, políticos e empresários.

Dentro do governo, as disputas entre as alas pró-Estados Unidos e pró-Alemanha acirravam-se gerando a primeira crise interna do regime. Diante disto, Vargas optou por demitir algumas autoridades identificadas com o fascismo como Francisco Campos, ministro da Justiça, e Filinto Müller, chefe de polícia.

Fausto (1987) identifica que a ala pró-alemã do governo Vargas foi enfraquecida devido as atividades da AIB em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul que:

conseguiu recrutar um grande número de adeptos nas regiões de colonização alemã (e italiana). E para quem pretendia empurrar o regime varguista para um

---

<sup>7</sup>O Manifesto dos Mineiros foi uma iniciativa de Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos e outros integrantes da Resistência Nacional para marcar posição contra a ditadura. No manifesto, eles acentuavam o contraste de o Brasil estar empenhado na guerra contra o fascismo e, internamente, ter um regime idêntico. Reivindicavam o estado de direito e a convocação do plebiscito sobre a Carta de 37.

alinhamento com as potências aliadas não interessava fazer distinções entre nazismo, germanismo e integralismo. (FAUSTO, p. 112)

A elite oposicionista, com forte sentimento dos setores médios, conspirava derrubar o governo. Eles repudiavam a simpatia das camadas populares por Vargas e negavam a estimular mobilizações pela democracia. Defendiam um governo constitucional, imposto por um golpe de força.

Por outro lado, os comunistas e demais forças esquerdistas, apoiavam as mobilizações populares a favor da democracia e pelo esforço de guerra. Sob pressão destas mobilizações, Vargas, em meados de 1944, envia para o front italiano a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para juntar-se às tropas norte-americanas.

No Rio Grande do Sul, apesar dos membros do DAE/CAE preocuparem-se exclusivamente com questões administrativas, por vezes também pronunciavam-se politicamente. No momento da entrada do Brasil na guerra, Alberto Pasqualini e Gaston Englert<sup>8</sup> defendiam os cidadãos de origem alemã e italiana. O historiador René Gertz (2005) ressalta que:

o interventor Cordeiro de Farias era um claro adepto da tese do “perigo alemão”, preocupadíssimo com a situação “etnográfico-internacionalista” do estado, não há dúvida de que a manifestação expressa de conselheiros do DAE/CAE no sentido de que deveria ser feita uma clara distinção entre os regimes alemão e italiano, mais eventuais agentes seus no Rio Grande do Sul, por um lado, e a massa da população gaúcha de origem alemã e italiana, por outro, pode ser vista como uma crítica ao Executivo (GERTZ, p. 67)

Com a vitória dos Aliados, em 1945, a questão das ditaduras foram expostas e isto favoreceu a oposição varguista e tirou do Estado Novo muito apoio interno. A vida dos brasileiros também dificultou-se após a entrada do Brasil na guerra. Os produtos essenciais aumentaram e tornaram-se escassos o que estimulou a impopularidade do governo.

A etapa que se seguiu foi de intensa agitação. Em fevereiro Vargas assinou o Ato Adicional nº 9, que revogava os artigos autoritários da Constituição de 1937 e marcava a eleição presidencial. Os conspiradores impuseram a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e em 7 de abril fundaram a União Democrática Nacional (UDN) que

---

<sup>8</sup>Membros do DAE/CAE. Albetto Pasqualini nasceu em 1901 em Ivorá, pertencente a Quarta Colônia de imigração italiana integrando à época o município de Júlio de Castilhos, formado em direito, fora vereador de Porto Alegre de 1935 a 1937 pelo PL; Gaston Englert nasceu em Porto Alegre em 1895. Durante a República Velha foi um dos diretores da empresa Bier & Ullmann e também fora o primeiro diretor do Banco do Estado, fundado por Vargas em 1928.

reunia setores da oposição conservadora.

Os comunistas acreditavam que a eleição manteria no poder as mesmas elites e aliaram-se numa campanha a favor de uma Assembleia Nacional Constituinte, mesmo com Vargas no governo. Neste cenário, Getúlio tentava controlar o crescimento do movimento popular e lança Dutra à presidência e funda o Partido Social Democrático (PSD). Ao mesmo tempo, liberta presos políticos e legaliza a ação de esquerdistas e comunistas.

Concomitante, fundou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), utilizando os sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho, pois acreditava que o operariado não confiasse no PSD, partido das elites e, caso não houvesse este anteparo, o operariado seria ganho pelos comunistas.

Neste quadro de tensões políticas, surge um movimento queremista, sustentado por trabalhadores, líderes sindicalistas e funcionários do Ministério do Trabalho que simpatizavam com Getúlio. Em passeatas públicas gritavam “Queremos Getúlio! Queremos Getúlio!”.

O movimento prosseguiu e resultou em reações adversárias. Por fim, em 29 de outubro, consumou-se um golpe militar que depôs o presidente Vargas que renuncia e retira-se para sua terra natal em São Borja, no Rio Grande do Sul. De uma maneira geral, Fausto Alencar Irschlinger (2001) apresenta este governo de Vargas como:

[...] um marco de centralização de poder; de queima de bandeiras estaduais; de clandestinidade política e de perseguições; de legitimação; de reconhecimento; de censuras; de busca de desenvolvimento econômico e de almejada industrialização; de conquistas, de avanços e de perdas sociais; de “aproximação” com forças políticas e econômicas internacionais; de políticas nacionais e relações internas apimentadas; do “terror ao comunismo”; de um nacionalismo crescente e de busca de uma nacionalização no ensino; da evocação e reverência ao chefe da nação; de saudades de uma democracia que nunca existiria efetivamente; de satisfações e de busca de reconhecimentos; de controle do mando. (IRSCHLINGER, p. 43)

O regime encerra-se sem contestações e “[...] a história mostraria que o derrotado foi o Estado Novo, e não seu presidente, que voltaria ao poder em 1951, escolhido pelo voto e com a preferência de amplos setores sociais, populares principalmente” (CAPELATO, 2011, p.139).

Sem dúvida, o governo estado-novista passou por fases distintas e significou, segundo Fonseca (1989):

As várias faces assumidas pelo Estado (autoritária, fascista, populista, paternalista e

desenvolvimentista) aparecem com ênfase diferente ao longo do Estado Novo, e, no plano político, à medida que o governo levava adiante suas realizações, há a sugestão de que cada classe ou grupo social enxergava nelas exatamente o estatismo que cada uma delas almejava [...] (FONSECA, p. 253)

Em suma, o governo Vargas transformou a sociedade brasileira e as mudanças ocorridas nesse período foram de enorme importância para o futuro do país. Sem dúvida, foi um homem de seu tempo, cometeu erros e logrou de acertos que eram possíveis até então. Ao mesmo tempo, governou o país com a grandeza e o discernimento de um estadista.

### 1.1.1 Integralismo Tupiniquim: O Fascismo à Brasileira

Brasileiros, marchemos, marchemos!  
 Não se vence temendo perigo!  
 Os traidores da Pátria esmagaremos!  
 Enfrentemos os vis inimigos!  
 Companheiros de todo o Brasil  
 Anauê! Anauê seja o grito  
 Tenha o braço de ferro e granito  
 Na defesa da Pátria e de Deus  
 A enfrentar as batalhas estóico  
 E na guarda da terra dos seus,  
 Seja bravo, integral, forte e heróico.  
 Marcha da Milícia (TRINDADE, 1974, p. 206)

A trajetória do Integralismo como movimento político-cultural, a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua relação com o regime nazifascista europeu constitui o núcleo de discussão deste capítulo.

Bóris Fausto (2001) em seus estudos menciona que os projetos autoritários no Brasil estão presentes desde o início do século XX e que, muitas vezes, defendem princípios comuns a um leque de correntes doutrinárias como, por exemplo, o autoritarismo, a repulsa ao individualismo e a evidência do papel do Estado como organizador da sociedade.

Deste leque, tem-se o Integralismo que atuou cercado pelo Estado autoritário e pelo catolicismo conservador. No entanto, o Estado Novo representou o ápice do conjunto de ideólogos autoritários, mesmo que pensamento autoritário tenha se desvalorizado, os princípios foram mantidos.

O período entre a Revolução de 1930 e a consolidação do Estado Novo é marcado por um ambiente de indefinições políticas que favorece o surgimento de grupos com propostas mobilizadoras que tentaram de alguma forma desempenhar mudanças na sociedade. Diante deste cenário, surge o movimento denominado Ação Integralista Brasileira (AIB) fundada



oficialmente em 7 de outubro de 1932 com o lançamento do “Manifesto de Outubro”<sup>9</sup> o qual sintetizava princípios da vertente integralista:

Deus dirige o destino dos povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da família, da pátria, da sociedade... Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual. Cumpre que cada um se eleve segundo sua vocação. Todos os homens são suscetíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e suprema finalidade. Este é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes da nossa História e estará no íntimo de todos os corações... A Nação brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado; partidos políticos fracionando a Nação; classes lutando contra classes; indivíduos isolados, exercendo pessoal ação nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro... (MANIFESTO, 1985, p.333).

A contribuição dos integralistas para o Golpe que implantou o Estado Novo é amplamente reconhecida. As afinidades ideológicas eram acentuadas pelo próprio Salgado, em carta enviada a Vargas em setembro de 1941:

Os fundamentos ideológicos da doutrina integralista são, em parte, os mesmos que inspiraram a Constituição de 10 de Novembro de 1937. [...] As aspirações políticas integralistas estão sendo realizadas pelo Estado Novo. A abolição das bandeiras estaduais, a extinção dos partidos regionais, a supressão do sufrágio universal, a restrição das autonomias estaduais, a federalização das milícias dos estados, as leis de assistência e amparo aos trabalhadores, o fortalecimento do Poder Central – tudo isso eram pontos do nosso programa. (SALGADO, 1946, p. 144-145).

Liderado e fundado por Plínio Salgado – fortemente influenciado pelo conservadorismo católico de Jackson de Figueiredo, seu idealizador –, a AIB estruturou-se através de vários movimentos de direita que existiam no país e teve seu primeiro núcleo estabelecido em São Paulo onde instalou sua Sede Nacional e Provincial. Além de Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale foram as principais figuras do movimento que buscavam concretizar um ideário que aproximasse um conteúdo político às raízes nacionais.

Os militantes deveriam estar subordinados à hierarquia que foi imposta pelo “Chefe”

---

<sup>9</sup>Marca o nascimento oficial do Integralismo e da Ação Integralista Brasileira (AIB) foi redigido por Plínio Salgado e lido no Teatro Municipal de São Paulo a 07 de Outubro de 1932, motivo pelo qual ficou conhecido como Manifesto de Outubro, a despeito de haver sido escrito em maio e aprovado em junho daquele ano pela Sociedade de Estudos Políticos (SEP), núcleo de grande relevo destinado, antes de tudo, à meditação sobre a problemática política e social brasileira e que fora fundado aos 12 dias do mês de março do referido ano, no Salão de Armas do Clube Português, na Capital Paulista, por um grupo de intelectuais encabeçado pelo próprio Plínio Salgado.

por meio de um culto carismático. O primeiro desfile integralista foi em abril de 1933, nas ruas de São Paulo, com a participação de cerca de quarenta membros que usavam uniforme de camisas verdes e a braçadeira com a letra grega maiúscula "Sigma", a qual indicava para os primeiros cristãos da Grécia a palavra Deus.

Os camisas-verdes reforçaram a construção de um conjunto de simbologias para legitimar a doutrina e usá-la como ação estratégica para atrair e construir uma ideia de imagem do “homem integral”. Para Ivo dos Santos Canabarro (1994):

Os partidos e organizações de tendência autoritária conquistam os seus adeptos também pela simbologia que utilizam, como uniformes, distintivos, emblemas, hinos e cores próprias; todo este verdadeiro arsenal simbólico serve para distinguir seus adeptos dos demais membros da sociedade. Mas, além de procurar criar uma identidade para os adeptos, esta simbologia exerce um efeito de fascínio no homem, uma forma de sedução que poderá perpassar todos os seus sentidos, levando-o a entregar-se completamente em nome dos ideais do partido. (CANABARRO, p.14-15)

Ideologicamente, foi um movimento de extrema direita que defendia um poder centralizado nas mãos de um governo forte e conservador que definiam como Estado Integral. Os princípios de base do Integralismo, apoiados em elementos conservadores católicos e na concepção de Estado nacional e autoritário de Alberto Torres, encontravam-se no Manifesto de 1932: o nacionalismo, a inspiração cristã na concepção de homem e de universo, o preceito de autoridade que compreende a hierarquia, confiança e respeito, uma crítica aos partidos políticos e a questão social como a relação da família com a nação. O projeto político tinha como base ideológica a “Revolução do Espírito” alicerçada numa proposta de reforma moral cristã e sustentado pelo tripé: “Deus, Pátria e Família”.

Compunha o ritual integralista a saudação na qual eles se cumprimentavam erguendo o braço direito, como nos fascismos europeus, e pronunciando a palavra de origem indígena “anauê” que significa na linguagem tupi “você é meu parente”. Os rituais tinham posição de destaque na socialização dos militantes desde o momento de batismo quando são envoltos na bandeira integralista.

Baseavam-se, apesar de lideranças integralistas negarem, no regime fascista italiano através da concepção doutrinária, na sua estrutura e organização, nos símbolos e rituais. É preciso considerar, que fascismo e integralismo não são absolutamente a mesma coisa, pois não é possível fazer generalizações entre processos históricos em territórios e tempos distintos.

Hélgio Trindade (1974) frisa que a ascensão do fascismo e do nazismo criou

condições políticas e ideológicas para o surgimento de partidos similares na Europa e nas Américas. Além do Brasil tem-se a Inglaterra, Bélgica, Portugal, Espanha, México, Chile e Bolívia. Embora cada movimento tenha peculiaridades locais e nacionais, no geral são caracterizados pela mesma matriz ideológica.

Na verdade, os países menores da Europa não dispunham de uma quantidade suficiente de indivíduos para permitir a existência de um domínio total. A Alemanha, por sua vez, pôde estabelecer um regime verdadeiramente totalitário, com o início da Segunda Guerra Mundial e com as conquistas do Leste que possibilitaram o fornecimento de grandes massas e tornou possível os campos de extermínio. (ARENDR, 1989)

É necessário associar o apogeu do fascismo europeu com o integralismo, para que este não fique perdido dentro de um aspecto regional como se estivesse em um universo paralelo, sem influência de fatores externos.

De acordo com Leandro Konder (1977) o fascismo pode ser compreendido enquanto uma:

[...] tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antisocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas; e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (KONDER, p. 21)

No período entre-guerras, os governos europeus mostravam-se impotentes diante das crises econômicas que estimulavam as insatisfações sociais. Isto ocorreu particularmente na Itália e na Alemanha onde o liberalismo não havia se consolidado. A crise influenciou os conflitos sociais pondo em evidência o avanço da classe trabalhadora deixando os capitalistas agitados, pois comprometia seus interesses.

Diante deste quadro, os capitalistas recorrem ao fascismo financiando-o para que, quando estes assumissem o poder como autoridades coordenadoras, mantivessem a ordem e garantissem os privilégios capitalistas. Cláudia Mara Sganzerla (2001) denota que “O nacionalismo e o anticomunismo fascistas seduziram igualmente capitalistas, aristocratas, oficiais do Exército, a família real, a Igreja, que passaram a considerar o liberalismo como

falido e o governo parlamentar como inútil”. (SGANZERLA, p. 58)

Explica-se desta forma o sucesso do Partido Fascista, de Mussolini, na Itália, no imediato pós-guerra, e o crescimento do Partido Nacional-Socialista, de Hitler, na Alemanha. Assim, com o apoio dos empresários, os partidos fascistas tomam o poder por meio legal: Benito Mussolini, em 1922 e Adolf Hitler em 1933.

Os regimes totalitários enquanto estiverem no poder e os líderes totalitários enquanto vivos sempre comandam e baseiam-se no apoio das massas. Hannah Arendt (1989) analisa esta relação e esclarece que:

Essencialmente, o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige; não é um indivíduo sedento de poder impondo aos seus governados uma vontade tirânica e arbitrária. Como simples funcionário, pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do "desejo" das massas que ele incorpora, como as massas dependem dele. Sem ele, elas não teriam representação externa e não passariam de um bando amorfo; sem as massas, o líder seria uma nulidade. (ARENDR, p. 375)

A Itália de Mussolini foi o primeiro país a aderir o fascismo como um movimento e doutrina quando efetua a formação de bandos que denominava de fasci<sup>10</sup> ou fascistas. Mas é preciso considerar que fascismo designa não somente o regime da Itália, mas também da Alemanha e de todos os demais sistemas com características análogas.

A realidade da nação italiana enfrentava conflitos internos profundos e Mussolini a transformou-a em um mito e numa sociedade idealizada. O mito fascista da nação conseguiu engajar adeptos de todas as classes sociais inclusive daquelas que não obteriam lucros com a política. Konder (1977) menciona que:

[...] a verdade é que o uso do mito da nação como sucedâneo da autêntica comunidade humana pela qual as pessoas anseiam é uma característica essencial do fascismo e se manifesta em todos os movimentos desse tipo, independentemente dos países em que se realizam e independente das formas particulares que assumem. (KONDER, p. 16)

O governo italiano fascista pode ser dividido em duas fases: a primeira seria a consolidação do regime (1922-1924) e a ditadura fascista (1925-1939). Na primeira, o fascismo serviu-se de uma metodologia de propaganda moderna que favoreceu o disfarce de

---

<sup>10</sup>Fasci: Feixes, molhos, trata-se de uma espécie de cilindro, composto de um feixe de varas ligadas à volta de um machado. Simboliza a força da união em torno do chefe. Era usado na Roma Antiga em cerimônias oficiais, jurídicas e militares, estava associado ao poder e à autoridade. Na década de 1920, foi adaptado como símbolo do Fascismo.

seu caráter conservador e fixava a difusão das potencialidades do “estilo novo” e moderno do movimento fascista, ou seja, Mussolini passa a ser visto como restaurador da honra e do esplendor italiano que haviam sido abalados pela Primeira Guerra Mundial. Joseph Goebbels<sup>11</sup> já o caracterizava como “tão moderno que o mundo inicialmente não pôde entendê-lo”.

Anteriormente à eclosão da Segunda Guerra Mundial, estudos históricos já comprovam que os integralistas brasileiros buscavam contato com Mussolini com o intuito de aproximar os dois regimes. É possível observar, em diversos aspectos, semelhanças como as saudações e uniformes – os fascistas italianos denominavam-se de camisas negras enquanto que os integralistas brasileiros de camisas verdes –, disciplina, alta burocracia, nacionalismo e anticomunismo. O integralismo reafirmava seu caráter nacional brasileiro, embora, exteriormente, imitando o fascismo europeu, muitos militantes preferiam pronunciar o “Heil Hitler”<sup>12</sup> do que o modesto “Anauê”.

Embora procurassem demonstrar distanciamento em relação ao nazi-fascismo, os integralistas queriam ser vistos como um produto tipicamente brasileiro, João Fábio Bertonha (2001) analisa em seu texto esta questão no qual estabelece laços entre as ideologias e entende que, até 1936, o governo fascista analisou de maneira supérflua o movimento integralista brasileiro tentando identificá-lo com o fascismo.

Em seguida, opta em colaborar, inclusive com recursos financeiros, com o movimento a fim de afastá-lo da influência do nazismo e ampliar o controle italiano na política do Brasil. Com o advento do Estado Novo a Itália incentiva a AIB a apoiar Vargas que simpatizava com Mussolini.

Entre as duas grandes guerras, a Itália tentou fazer contato com seus imigrantes no mundo todo inclusive no Brasil onde, conforme Bertonha (2001): “A ação fascista [...] foi muito útil, realmente, à direita nacional ao popularizar as ideias autoritárias e estimular muitas pessoas a uma maior simpatia em relação ao Estado Novo e ao Integralismo”. (BERTONHA, p.12)

No caso alemão, não há documentos que comprovem que o governo alemão ou o partido nazista tenham apostado no integralismo entre 1933 e 1938. A Alemanha até o

---

<sup>11</sup>Joseph Goebbels foi um político alemão e Ministro da Propaganda do Reich na Alemanha Nazista de 1933 a 1945. Um dos principais associados, e grande seguidor, de Adolf Hitler, ficou conhecido pelos seus discursos públicos e pelo seu profundo e violento anti-semitismo.

<sup>12</sup>Saudação nazista que significa “Salve Hitler”. Foi adotada pelo Partido Nazista como um sinal da lealdade e culto da personalidade de Adolf Hitler.

momento tinha boas relações com o Brasil e se aproximar de uma força política que não estava no poder poderia causar problemas.

Mas o fato é que os nazistas não se restringiram à Alemanha. No Brasil havia cerca de 3000 nazistas, mas de 100 mil cidadãos alemães e algumas centenas de milhares de descendentes espalhados no território brasileiro. Portanto haviam nazistas combatendo integralistas e vice-versa, assim como simpatizantes das duas correntes atuando em conjunto.

Com relação aos seguidores do integralismo Fausto Irschlinger (2001) afirma que não podemos fazer generalizações, pois nem:

[...] todos os integralistas tinham a mesma postura frente ao nazismo alemão, a mesma opinião sobre a democracia, ou o propósito máximo, acima mesmo das ambições pessoais, constituído pelo tripé: “Deus, Pátria e Família”. Já, no que se refere ao comunismo, as opiniões teriam se aproximado da homogeneidade. [...] é perigoso afirmar que todos os militantes de base apoiavam sem restrições Plínio Salgado como o grande e “santificado” chefe nacional [...]. (IRSCHLINGER, p. 49)

A AIB, em seu quadro de militância procura reunir e disciplinar seus seguidores para formar as elites de dirigentes. Para isso promovia-se a doutrinação, que voltava-se para o esclarecimento dos problemas sociais e políticos do país sob a ótica integralista.

O Integralismo tornou-se partido político em 1935, embora a propaganda doutrinária o apregoasse como movimento de cultura. Para sucessão presidencial de 1938, os integralistas reuniram-se, em junho de 1937, com o presidente Vargas e seu Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, para comunicar o lançamento da candidatura de Salgado.

A campanha eleitoral da AIB estendeu-se por todo o território brasileiro e o discurso da campanha baseava-se no nacionalismo e ficava explícito críticas ao capitalismo e ao comunismo. Com o golpe do Estado Novo a eleição foi suspensa e a nova Constituição outorgada dissolveu os partidos políticos.

O fracasso Intentona Integralista – uma tentativa de derrubar Vargas – em maio de 1938, resultou em prisões e no exílio de Plínio Salgado em Portugal em junho de 1939.

Gilberto Grassi Calil (2011) identifica três fases do período de exílio de Salgado. Entre 1939 e o início de 1942 não publica nenhuma obra e se debruça em um esforço de criar condições de retornar ao Brasil:

seja através de negociações com emissários de Vargas, seja credenciando integralistas no Brasil para negociar diretamente com Vargas, em especial Raymundo Padilha, nomeado “representante do Chefe Nacional no Brasil” e Gustavo Barroso, com amplo trânsito junto ao governo Vargas (CALIL, p.6)

A segunda fase, entre 1942 a 1946, é caracterizada pelas conferências proferidas por Salgado correspondentes a temas políticos e religiosos que resultaram na publicação de livros. Desde 1945 concentrou-se nos episódios que ocorriam no Brasil aprontando condições para seu retorno, iniciando a terceira fase de seu exílio. Diante disto, articulou, ainda em Portugal, a reorganização do movimento integralista e a formação do Partido de Representação Popular (PRP)<sup>13</sup>. Com a deposição de Vargas em 1945, retorna ao Brasil, e junto a outros antigos membros da AIB funda o PRP.

Simultaneamente, o ambiente pós-guerra faz com que o líder integralista negue a existência de afinidades entre o integralismo e a corrente nazifascista sinalizando o movimento de cunho democrático. Ou seja, faz uma reinterpretação da história do integralismo adulterando, inclusive, textos escritos ao longo da década de 1930. A partir disto, consegue que o integralismo seja julgado como “democrático” em 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral:

Isto indica que o exílio de Salgado em Portugal tem grande importância também para compreensão de sua trajetória posterior, marcada pela defesa de um projeto fascizante sob a paradoxal roupagem “democrática”, o que se revela, por exemplo, nas reiteradas tentativas de implantar no Brasil um corporativismo brando, semelhante ao adotado pelo Salazarismo (CALIL, 2011, p.13).

Porém, é evidente que ainda mantinha-se uma ligação parcial entre a AIB e o PRP explicado pela conformidade de seu uso: quando se desejava atrair os integralistas reforçava-se os elementos permanentes mas, quando se dirigia a outros segmentos sociais realçava-se a mudança e a ruptura. Contudo, a definição esboçada do PRP demonstra que os princípios integralistas estavam conservados no partido.

Visando repercutir em todo o território nacional, o Sigma chegou ao Rio Grande do Sul e fez do estado um dos lugares onde obteve maior representatividade. O movimento é instaurado por Anor Butler Maciel, Dario de Bittencourt e Egon Renner. A situação dos camisas-verdes, no estado, após a decretação do Estado Novo, foi similar aos integralistas do Brasil, em geral. Os propósitos, contudo, diversificam-se:

---

<sup>13</sup>O Partido de Representação Popular foi fundado em 26 de setembro 1945 aglutinou diversos Integralistas em uma legenda política, após o fim do Estado Novo. O ponto inicial para criação do partido foi a divulgação do “Manifesto Diretiva”, de Julho de 1945, com Plínio Salgado ainda no exílio. Divulgado em vários jornais pelo Brasil, e também de forma avulsa, através de folhetos, o Manifesto Diretiva, teve ampla difusão por todo o Brasil. O PRP obteve, ao longo de sua história, diversas vitórias nas eleições municipais, estaduais e federais, foi extinto juntamente com os demais partidos políticos, por intermédio do Ato Institucional Número Dois – o AI-2, de 27 de outubro de 1965. A maioria dos seus integrantes agrupou-se na ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

Houve aqueles que se integraram de forma perfeita no regime; houve aqueles que foram para o ostracismo e houve aqueles que sofreram vários tipos de repressão. Isso, certamente, dependeu de sua postura pessoal concreta, das pessoas com quem interagiam e dos diferentes contextos locais (GERTZ, 2005, p. 90).

No estado sulino, o verde formou uma teia de municípios administrados por uma organização regional, regido por um chefe provincial que também estava submisso a cúpula nacional formando uma hierarquia de posições. Os palcos integralistas iam desde centros urbanos até pequenas cidades interioranas incluindo zonas de colonização alemães e italianas nas quais a aceitação era maior. (IRSCHLINGER, 2001)

A AIB teve vida curta, mas foi de grande intensidade política-ideológica. Extinta junto com os demais partidos em 1937 e rearticulada, mais tarde, através do PRP, no pouco tempo de atuação empenhou-se na propaganda e na construção de uma grande estrutura política em nível nacional, regional e local. Não conquistou o poder mas é considerada como o primeiro movimento de massas no Brasil<sup>14</sup> tendo reunido cerca de um milhão de pessoas entre militantes, aderentes e simpatizantes.

No que tange a presença do integralismo (posteriormente PRP) em Barro, ao que parece, resultou na introdução de um espírito conservador na política e na sociedade nos anos posteriores ao período que estudamos. Este não é o foco do estudo mas poderá servir de base para futuras pesquisas onde deverá se analisar sua relação com o nazismo, a repercussão e os efeitos dessas correntes ideológicas no município de Gaurama.

## 1.2 NAÇÃO E NACIONALISMO

“Não temos mais problemas regionais, todos são nacionais e interessam o Brasil inteiro”. (Getúlio Vargas)

Conforme dito anteriormente, o nacionalismo foi uma característica marcante do governo varguista. Neste capítulo se abordará os aportes teóricos-metodológicos que servirão de guia para a resolução do problema da pesquisa. Abordarei o conceito de nação e nacionalismo para compreendermos, posteriormente, a Campanha de Nacionalização empreendida por Vargas que buscava suprir as diferenças regionais no país e, com relação às

---

<sup>14</sup>Como exposto e justificado na introdução da obra: TRINDADE, Héliogio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.



culturas estrangeiras, tratou de eliminar quaisquer formas de organização autônoma da sociedade que não fossem por intermédio de corporações perfiladas com o Estado nacional.

O significado do termo “nação” é exposto por Marilena Chauí (2000) que observa ser um substantivo de origem no latim com o verbo *nascor* que significa nascer tendo como derivado o substantivo *natio*, “nação” que designa o parto de uma ninhada. Somente com o passar do tempo passou a denominar indivíduos nascidos de uma mesma mãe ou de um mesmo lugar.

Para Eric Hobsbawm (1990), uma característica básica da Nação moderna é justamente sua modernidade. Esclarece que é um conceito carregado de história e interpreta suas diferentes definições. Afirma que, inicialmente, o termo foi utilizado para designar grandes grupos fechados, diferentes dos existentes e, portanto, a palavra tinha ligação com o “estrangeiro” como, por exemplo, no espanhol, “nações de mercadores estrangeiros”. Essa percepção que liga um território a uma Nação e a um Estado começou a ser engendrado na Europa a partir de 1830, apenas no discurso político, com a denominação de “princípio de nacionalidades”.

O autor divide o processo de assimilação do conceito em três etapas. A primeira delas se desenvolveu ainda no século XIX (1830 a 1880), sendo meramente cultural e literário, sem acarretar implicações políticas, o foco estaria no vínculo do termo nação com o território. Na segunda fase (1880 a 1917) surgiu um grupo de militantes que iniciaram as campanhas políticas em prol da ideia, a partir de então o conceito foi relacionado à língua, a raça e a religião. Por fim, a terceira fase (1918 até as décadas de 1950 e 1960) é quando os projetos nacionalistas adquiriram sustentação de massa e o nacionalismo exacerbado culminou nos regimes políticos fascistas.

Somente com o fim da Primeira Guerra Mundial a Europa tem seus Estados definidos e inicia uma série de reivindicações políticas e nacionais. Dito isto, Hobsbawm (1990) expõe que o nacionalismo é fundamental para o sustento de uma unidade política e que não existem critérios satisfatórios com relação a definição de nação, afinal, os critérios mudam ao longo do tempo. Ela só se torna algo concreto quando associada a um Estado territorial, um Estado-Nação. Segundo o autor:

[...] as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. (HOBSBAWN, p. 20)

Na verdade, o nacionalismo é construído conforme a conjuntura e os fatores que o norteiam. O historiador considerava que “não é possível reduzir nem mesmo a ‘nacionalidade’ a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra” (HOBSBAWM, 1990 p. 17). Portanto, fazer uma definição do termo “nação” é uma tarefa delicada e abrangente, pois são definições subjetivas podendo definir território, distinguir um povo por sua cultura e língua.

Os termos “nação” e “nacionalismo” são distinguidos e, embora relacionam-se, independem um do outro:

[...] como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável [...] Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação [...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto; (HOBSBAWM, 1990, p.19)

Benedict Anderson (1989) a imagina como: “limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações.” (ANDERSON, p. 15)

Montserrat Gibernau (1997) salienta o nacionalismo como um “sentimento de pertencer” e com a funcionalidade de preservar a integridade e a cultura. Também defendia que no campo político o Estado e a nação deveriam ser concordantes. Conforme o autor, o nacionalismo tem sido introduzido nas escolas, pelo Estado desde a Revolução Francesa. Nesta instituição, deveriam ser exaltados o patriotismo e o sentimento nacional. Assim, o nacionalismo atuaria como forma de incrementar os laços existentes entre os cidadãos, e tentaria impor uma cultura comum baseada em símbolos e valores. O Estado buscaria com isso valores comuns de identificação: a homogeneização.

De acordo com Giralda Seyferth (1981) nação e nacionalismo assumem um caráter de oposição àquilo que não fizer parte de determinado “grupo”. Além disso, acredita ser difícil formular definições para os termos, pois “o sentido desses termos varia muito conforme a época e o local focalizados”. (SEYFERTH, p. 7). Segundo ela, as diferenças linguísticas e raciais são os principais fatores que norteiam o nacionalismo. “A busca das origens, a negação do estrangeiro e a ideia de que o 'sentimento nacional' é o mecanismo que une a nação, mais do que a própria ideia de pátria<sup>15</sup>, são, enfim, os critérios mais comuns de definição”. (SEYFERTH, p. 9).

---

<sup>15</sup>Giralda Seyferth entende que a ideia de pátria exprime a totalidade dos deveres que os cidadãos tem diante da nação e de seu solo.

Hobsbawm (1997) também destaca a importância da criação das tradições para o sustento da concentração de um grupo e, além disso, o despertar de um sentimento de identidade e de pertencimento a um coletivo, principalmente nos construídos pelos Estados-nações. Dentre as tradições inventadas por eles destaca-se a criação de símbolos nacionais como: a bandeira, o hino, as armas nacionais, os símbolos e imagens oficiais, a construção de monumentos e as cerimônias públicas. Ademais, a educação primária é encarada como um componente essencial para ascender o sentimento de nacionalidade nos indivíduos.

Através do nacionalismo, Vargas buscou constituir uma nação única por meio de uma população integrada em um Estado centralizador e autoritário. Tentou inserir nas massas o sentimento nacionalista através do trabalho como maneira de “servir a nação”, no meio artístico ou no campo educacional com a construção da moralidade e do amor a pátria. No período, o presidente teve como aliado importantes instrumentos difusores dos ideais nacionalistas:

A identificação nacional nessa era adquiriu novos meios de se expressar nas sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia. Dois deles muito importantes merecem destaque. O primeiro, que requer poucos comentários, foi o surgimento da moderna comunicação de massa: imprensa, cinema e rádio. Por esses meios as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogêneas e transformadas quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados. [...] Mas a propaganda deliberada quase certamente era menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional. (HOBSBAWM, 1990, p. 170)

Deste modo, estes eram os primeiros passos para formar um nacionalismo adequado sobrepondo os interesses particulares pelos coletivos e assim tornar o Brasil homogêneo suprimindo as distinções regionais e raciais.

Em decorrência, o projeto nacionalista estendeu-se também no campo cultural. Neste, o país queria afastar possíveis ameaças de outras culturas ou ideologias contrárias aos “interesses brasileiros” e, para isso, seria necessário introduzir um amplo projeto educativo que envolvesse mulheres, homens e jovens. As primeiras seriam as responsáveis pela preservação da família brasileira, os segundos teriam o compromisso com o desenvolvimento econômico e com a defesa territorial do país e, os últimos, a fidelidade, desde cedo, com os valores nacionais.

Lúcia Lippi Oliveira (1999) também demonstra a presença de um movimento verde-

amarelo onde Vargas opta em dispensar a apropriação de ideias vindas de fora, ou seja, negava qualquer tipo de estrangeirismo. Sua proposta era baseada em:

abandonar as influências europeias, fixar-se na originalidade brasileira, voltar aos mitos fundadores ao mito tupi, à escolha da anta como animal totêmico. Dentre eles estão Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado, que buscam a alma brasileira no passado histórico ou mitológico. Aceitam a vida do interior, regional, como a que teria se mantido mais autêntica. (OLIVEIRA, p. 88)

O Estado Novo iniciou, oficialmente, a partir de 1938<sup>16</sup>, uma “obra nacionalizadora”, apoiando-se num conjunto de leis que tinham como intuito suprimir toda e qualquer atividade política de estrangeiros no Brasil e a adaptação, no meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Ou seja, queria-se erradicar as influências estrangeiras atuantes, sobretudo, nos Estados do Sul, e inculcar nas populações de origem europeia, principalmente os alemães, poloneses e italianos, o sentimento de brasilidade.

A campanha de nacionalização pretendia assimilar de forma compulsória ou forçada as minorias citadas, por meio de uma legislação específica e com ação atuante do Exército colocando a maior parte das instituições consideradas estrangeiras à margem da lei. José Luiz Werneck da Silva (1991) assinala, de forma clara, a política:

[...] a política estado-novista baseava-se nos princípios da integração, da nacionalidade e da brasilidade: um só mercado, um só povo, uma só língua, uma nação enfim, e era impossível que nos sul do país existissem quistos onde a língua estrangeira não era apenas falada mas ensinada nas escolas difundidas por uma imprensa local estrangeira e alardeada em anúncios comerciais, cartazes de lojas, etc. (SILVA, p. 138)

O projeto intensificou-se com o alinhamento do governo brasileiro com os Aliados, em 1942, após a declaração de guerra à Alemanha. O Estado passou a intervir em associações e instituições recreativas e culturais estrangeiras, em escolas comunitárias, na imprensa estrangeira e, inclusive, reprimindo o uso cotidiano da língua e proibindo reuniões de grupos. Em suma, elementos identificáveis com uma identidade étnica estrangeira tornaram-se alvos da campanha.

No relativo à repressão, René Gertz (1998) afirma que ela está presente desde o início do Estado Novo, porém atinge os nazistas e integralistas, principalmente a partir da intentona de 1938. Sucessivamente, “o aparelho repressor, porém, vai crescendo e ampliando sua ação,

---

<sup>16</sup>Decreto-lei 383 de 18 de abril de 1938, do Governo Federal.

transformando muitas vezes disputas pessoais em perseguição ou originando incidentes cotidianos com efeitos muito danosos para as populações [...]”. (GERTZ, p. 67)

No Rio Grande do Sul a campanha esteve estreitamente ligada à interventoria de Oswaldo Cordeiro de Farias, indicado por Vargas ainda em 1938, seu secretário de Educação J. P. Coelho de Souza, e seu chefe de polícia o coronel Aurélio da Silva Py. O interventor esclarece para o Presidente, ao fim de seu mandato em 1943, as dificuldades que encontrou durante a administração no estado:

[...] em grande área do território, justamente a de maior densidade demográfica e econômica, a concentração de colônias teutas e italianas, de uma parte, e o discurso e indiferença dos poderes públicos, de outra, criaram um problema peculiar aos Estados Sulinos [...] Era preciso penetrar nesses densos e aglomerados teuto e ítalo-brasileiros, não apenas com a administração pública e a autoridade policial, mas também principalmente com a escola e, por intermédio dessa com a língua, a história, o civismo e o culto das tradições pátrias<sup>17</sup>.

Ressalta-se que, no que diz respeito aos teuto-brasileiros, havia uma complexidade de duplo pertencimento, pois eles destacavam-se como fiéis a uma cidadania brasileira mas, paralelamente identificáveis com a cultura e o povo alemão, ou seja, a nacionalidade alemã.

Gertz (1994) explica que:

Na tradição brasileira, a cidadania é pensada basicamente como uma questão ligada ao território, o que no jargão jurídico é denominado jus soli, isto é, brasileiro é todo aquele que nasce em solo brasileiro. Inversamente, na tradição alemã domina o jus sanguinis, o que significa que se considera “alemão” todo aquele que possui “sangue alemão”, independente do solo em que tenha nascido. Nesse caso, admite-se que uma pessoa pode, juridicamente, ser cidadão de um outro estado que não a Alemanha, mas continuara pertencendo à abstração “povo alemão”. (GERTZ, p. 30)

É necessário considerar que a campanha nacionalista não atingiu de maneira homogênea todos os grupos étnicos havendo significativas diferenças. Além disso, as ações repressivas, tal como a intensidade da atuação, também diversificavam de região para região.

### 1.3 (I) MIGRANTES: ETNICIDADE E IDENTIDADE

A região em estudo tem estreita ligação com a imigração do século XX. Por isso, é de suma importância entender os conceitos de etnia e identidade para posteriormente compreender a formação das “sociedades étnicas” ou “quistos étnicos” em Barro.

<sup>17</sup>Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação de Governantes, Códice A.7.36.

Analisar uma comunidade que está inserida num contexto histórico de imigração deve levar em consideração a questão da identidade étnica que as poucos foi se moldando na sociedade brasileira, tal como, em seu próprio grupo demarcando semelhanças e diferenças, transformando-se e sendo transformada.

O sociólogo Max Weber (2009) contribui para o estudo do termo ao distinguir de forma clara etnia de raça e nação. Para ele o que diferencia grupo étnico de um pertencimento racial é a crença subjetiva na comunidade de origem e a nação se difere por reivindicar um poderio político. Enfim, grupos étnicos para ele são:

[...] esses grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundadas nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes [...] ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente. (WEBER, p. 37)

Assim, para o autor, a identidade étnica se constrói a partir da diferença. O isolamento não é o fator responsável que garante esta diferença, mas é pelo contrário, ou seja, é se comunicando com as diferenças que os indivíduos estabelecem suas fronteiras étnicas.

Os grupos étnicos surgem quando os indivíduos se agrupam em torno de uma ação comum seja ela política ou não. Também podem se estabelecer através do contato com um grupo de pessoas distinto uma vez que o outro serve de base para que se defina uma identidade.

Ao tratar de etnicidade, de acordo com Fredrik Barth (1998) não podemos ignorar a dimensão cultural que o conceito carrega. O autor constatou que o que caracteriza um grupo como étnico são os critérios de identificação e traços culturais distintos que dependem principalmente da manutenção de uma fronteira.

As características culturais que definem determinada fronteira podem mudar, o perfil cultural de seus membros, podem se transformar. Para que esta fronteira aconteça e possa se estabelecer tem de haver uma rede complexa de relações sociais e comportamentais. Portanto, estabelecer uma fronteira entre o “nós” e o “outro” torna-se sempre uma relação de oposição, de diferenciação. Identificar o “nós” ocorrerá quando entrarmos em contato com esse “outro”, o “diferente”. Para Barth, porém, é uma tarefa ingênua tentar identificar traços que sejam capazes de distinguir um grupo de outro.

Philippe Poutignat e Joclyne Streiff-Fenart (1998) afirmam que não é maneira pela qual os traços culturais estão distribuídos que poderá ser feita esta distinção, mas sim, pela

maneira que a diversidade étnica é socialmente articulada e mantida. Então, para eles o que diferencia “em última instância, a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato dela ser orientada para o passado” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, p. 13)

Dessa forma, compreende-se como etnia e/ou grupos étnicos enquanto uma comunidade que se estabelece a partir de critérios subjetivos de identificação como um passado em comum, uma língua em comum, uma religião em comum. Grupos classificados como étnicos são, principalmente, entidades flexíveis, dinâmicas e que vão sendo historicamente constituídas.

## 2 PELOS CAMINHOS DE FERRO NASCEM AS COLÔNIAS

A construção de ferrovias é aparentemente um empreendimento simples, natural, democrático, cultural, civilizador: assim a apresentam os professores burgueses, pagos para embelezar a escravidão capitalista, e os filisteus pequeno-burgueses. Na realidade, os múltiplos laços capitalistas, mediante os quais esses empreendimentos se encontram ligados à propriedade privada dos meios de produção em geral, transformaram essa construção num instrumento para oprimir milhões e milhões de pessoas (nas colônias e semicolônias), quer dizer, mais da metade da população da Terra nos países dependentes e os escravos assalariados do capital nos países civilizados... (LENIN, 2008, p. 10)

A colonização de Barro tem estreita ligação com a ferrovia. Portanto, é necessário fazer uma contextualização do processo de sua implantação.

A explosão industrial na Europa, no século XIX, descobriu a estrada de ferro e a era da fumaça e do vapor, da velocidade e da rápida locomoção que transformou a sociedade. O novo modelo de engenharia organizou imensas construções no mundo capitalista voltadas a intencionalidades, por vezes, diferentes.

Liderado pela Inglaterra, o capitalismo mundial em constante evolução ao Imperialismo teve suas reflexões no Brasil este que, por sua vez, já criara condições para a industrialização e através do excedente do capital inglês e outros capitais europeus, iniciou a construção das ferrovias.

No Brasil, a expansão ferroviária realizou-se na segunda metade do século XIX, período em que a República gestava-se e o Império já estava findando-se, foi quando dom Pedro II concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares permissão para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande<sup>18</sup>. No decreto, embora modificado por outros no período republicano, é visível as vantagens oferecidas do Estado aos investidores:

[...] Hei por bem, outrossim, não só conceder à referida companhia a garantia de juros de seis por cento (6%) durante trinta (30) anos para o capital que for necessário à construção da linha principal [...], mas também fazer-lhe cessão gratuita das terras devolutas em uma zona máxima de trinta quilômetros para cada lado do eixo das linhas de que se trata...<sup>19</sup>

Neste sentido, pode-se dizer que um dos fatores determinantes para o traçado das ferrovias foi o atendimento aos interesses privados com a garantia de juros e a subvenção quilométrica onde se tinha uma clara determinação de alongá-las. O Rio Grande do Sul,

---

<sup>18</sup>Em 1906, os trilhos partiram de São Paulo em direção ao sul, onde atravessariam o Paraná e Santa Catarina até atingir a divisa, no atual município de Marcelino Ramos.

<sup>19</sup>BRASIL. Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889. Secção de Legislação Brasileira da Câmara dos Deputados. Brasília.



especificadamente, fornecia a garantia de juros de 6% sobre o capital de 30:000\$000 por quilômetro, pagos em libras-ouro.

No período imperial tem-se o planejamento de um projeto geopolítico de construir caminhos de ferro com intuito de defender o território de fronteira sendo que, na República há a confirmação dos objetivos além da consolidação da imigração europeia que resultaria na ocupação de espaços que até então não eram ocupados e para serem partícipes do sistema capitalista em desenvolvimento no país.

As estradas de ferro foram um fator determinante para a inserção capitalista no mercado mundial e no Brasil. Francisco Foot Hardman (1991) apresenta que um novo mapa mundi está se constituindo e que:

O tumulto caótico e babélico de uma obra em construção é substituído, no ritual de passagem das inaugurações solenes, pelo mundo do espetáculo mecânico. [...] o momento oficial da primeira viagem é marco inigualável da projeção de um teatro vivo do mecanismo, em que a locomotiva é sempre ator principal, a estação e a linha os cenários reluzentes, e a massa dos que assistem à partida ou à chegada, espectadores atônitos da modernidade. (HARDMAN, p. 182-183)

A expansão ferroviária era retratada como sinônimo de progresso e modernidade onde as florestas, os vales e os sertões, narrados de forma romântica, agora estavam sendo desbravados por heróis com espírito patriótico, ou seja, o espaço para a modernidade não tem limites. Sua materialidade atingiu a população de várias maneiras. De acordo com Gládis Helena Wolff (2005):

[...] os trilhos aproximaram espaços, alargaram fronteiras, levaram a civilização aos sertões através de homens destemidos. Incorporadas como verdades únicas, essas imagens, no entanto, não refletem a cotidianidade dos atores sociais que viveram os conflitos resultantes dos interesses em torno dos caminhos de ferro (WOLFF, p. 77)

A São Paulo – Rio Grande<sup>20</sup>, concluída em 1910, foi a última grande ferrovia construída e teve um papel importantíssimo de ligação internacional e interestadual como agente econômico. No Rio Grande do Sul foram os capitais ferroviários belgas que, por meio de concessões, obtiveram os direitos.

É necessário compreender a política vigente no estado sulino uma vez que a mesma definiu uma série de determinantes históricos. O domínio do Partido Republicano

---

<sup>20</sup>A estrada de ferro denominada São Paulo – Rio Grande, teve seu ponto inicial em Itararé, na divisa de São Paulo com o Paraná, até Santa Maria da Bocca do Monte no Rio Grande do Sul.

Riograndense (PRR)<sup>21</sup> era incontestável no estado e seus seguidores estavam permeados pelo ideário positivista do francês Augusto Comte o qual que lhe conferia várias características peculiares e se refletia na própria organização política.

É curioso perceber que o PRR projetava implantar uma modernização econômica nos moldes de um desenvolvimento capitalista a partir, principalmente, de uma diversificação da produção local, do fortalecimento do mercado interno e da ampliação qualitativa e quantitativa da rede de transportes.

Paradoxalmente, no plano social, o partido demonstrava um conservadorismo que se apresentava, sobretudo, através da máxima positivista considerada pelo partido como uma “divisa orgânica – conservar melhorando”<sup>22</sup>. Este preceito pressupõe “o progresso como desenvolvimento lógico da ordem”<sup>23</sup>, tendo o Estado o dever de manutenção da mesma. Sandra Jatahy Pesavento (1994) destaca este paradoxo ao afirmar que “a visão positivista era progressista e conservadora ao mesmo tempo, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social” (PESAVENTO, p. 67).

Em 1905, porém, o projeto viário positivista sofre uma mudança, pois o governo federal unificou as ferrovias gaúchas constituindo a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), na qual todas as linhas passaram a ser exploradas pela empresa belga *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer* num contrato que encerrava somente em 1958. No entanto, os norte-americanos passaram a dirigi-la em 1911. Dois anos depois a *Compagnie Auxiliaire* ligou-se ao Sindicato Farqhar<sup>24</sup> e, conseqüentemente, à *Brazil Railway Company*. Em 1919, a VFRGS retornou aos belgas e, em 1920, foi encampada por Borges de Medeiros mediante o pagamento de duzentos milhões de francos belgas.

A atuação de Borges de Medeiros na condução dos destinos da Viação Férrea reforçou o uso da ferrovia como elemento de estratégia militar e de poder político. Os movimentos de 1923 e 1930 exemplificam a realidade da rede como instrumento de usufruto de uma determinada parcela política que pretende manter e ampliar o poder.

As atividades concernentes à construção da ferrovia demandou a vinda de quatro a

---

<sup>21</sup>Fundado em 1882 tendo como principais seguidos da doutrina positivista Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Seus membros faziam parte da elite pecuarista rio-grandense e, a maioria, pertencia à região norte do estado, de ocupação recente. Portanto, necessitou um maior respaldo de outros segmentos sociais, incorporando demandas e logrando o êxito de promover um alargamento de sua base social, incluindo nela o colonato de origem imigrante e os elementos ligados à indústria e ao comércio e setores médios urbanos da sociedade.

<sup>22</sup>Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes, 1903.

<sup>23</sup>Ibidem. 1898.

<sup>24</sup>Sindicato Farqhar é como ficou conhecido o conjunto de empreendimentos liderados pelo norte-americano Percival Farqhar, constituindo-se num grupo que assumiu o controle de vários setores econômicos. Somente em 1914 seus negócios entram em decadência.

oito mil homens recrutados mais ou menos à força e vindos, principalmente da plebe urbana do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife. Incontáveis foram os episódios de violência decorrentes do impacto da penetração da ferrovia além de pendências como a falta de pagamento aos operários ou como reação ao demandado dos feitores.

Em seu último trajeto construído, a ferrovia atravessou o norte da província do RS no trecho Passo Fundo – Marcelino Ramos e foi fator impulsor de ocupação e colonização na região bem como de negócios e comércio ao longo do curso dos trilhos.

## 2.1 A OCUPAÇÃO E A COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR INTERPRETATIVO

Com o passar dos anos, os acontecimentos metamorfoseiam-se em fatos históricos que exigem reconstituição e explicação. A história não é estudo neutro do passado, mas palco singular do confronto-expressão das contradições sociais presentes. Poderoso depoimento sobre aqueles que a produzem, ela é escrita com os olhos no passado e os pés no presente. (MAESTRI, 2005, p. 132)

O processo de ocupação e povoamento do estado do Rio Grande do Sul foi lento e tardio e sua história está demarcada pela questão fronteiriça entre dois impérios: o português e o espanhol<sup>25</sup>. Desde o século XVII, foi permanentemente disputado pelas duas coroas ibéricas.

A região que era vista como “terra de ninguém” era povoada por índios antes da chegada dos portugueses. O primeiro contato europeu no estado foi com a fundação de reduções jesuíticas por volta de 1610.

Em 1750 as Missões foram colocadas na pauta de negociações do Tratado de Madrid. Nele ficou acertado que a Colônia de Sacramento, até então pertencente a Portugal, passaria para os domínios da Espanha e as Missões ficariam com Portugal, sendo que os indígenas deveriam abandonar os seus povoados e se instalar em terras espanholas. A recusa dos índios em entregar as suas terras deu início a Guerra Guaranítica (1754-1756) e apesar da resistência, os indígenas foram fragorosamente derrotados.

Darcy Ribeiro (2006) afirma que o Brasil sulino difere-se das demais regiões do país devido a sua heterogeneidade cultural e demonstra três principais componentes dessa

---

<sup>25</sup>Teoricamente, pelo Tratado de Tordesilhas de 1493, a linha que separava os dois reinos católicos passava, em sua extensão meridional, ao largo do litoral do atual Estado de Santa Catarina, e a região que viria fazer parte do Rio Grande do Sul pertencia aos espanhóis. Portugal, por sua vez, sempre procurou estabelecer como sua real fronteira, como limite extremo de seu império na América do Sul, não uma linha abstrata, mas sim a margem esquerda do Rio da Prata. Todos os conflitos entre o Brasil e seus vizinhos do Prata foram decorrentes dessas duas visões antagônicas sobre quais eram os marcos verdadeiros que os separavam.

formação que são os:

lavradores matutos de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o sul; os representantes atuais dos antigos gaúchos da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná, e, finalmente, a formação gringo-brasileira dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas. (RIBEIRO, p. 369)

Entra em cena, inicialmente, a colonização açoriana no Rio Grande do Sul que unia interesses militares – defesa das terras em caso de ataque –, econômico – desenvolvimento da agricultura e da pecuária –, e a constituição de um núcleo permanente de presença portuguesa. As famílias açorianas vieram reconstituir no sul do país o modo de vida que tinham nas ilhas atraídas pela promessa de riqueza com a concessão de terra e, após a instalação, materiais de trabalho, mantimentos e animais.

Contudo, a colonização foi um fracasso no plano econômico, pois os grupos açorianos estabeleceram-se na faixa litorânea e desértica do rio Guaíba. Tornaram-se cultivadores de uma lavoura de subsistência e além de não terem mercado consumidor, não sabiam como lidar com o trabalho agrícola em terras desconhecidas.

Com a vinda da família imperial portuguesa ao Brasil em 1808 e a abertura dos portos, a colônia entra em uma nova fase de sua história, marcada pela independência econômica e política. O governo imperial incentivava a imigração europeia defendendo que a formação de pequenos núcleos ocuparia e protegeria territórios que haviam sido alvos de antigas disputas.

Além disso, a matriz europeia seria capaz, segundo a teoria eugênica do período, de resolver o problema étnico cultural<sup>26</sup> do país uma vez que “olhavam suspeitosos os negros e mestiços que formavam a maior parte da população e explicavam o atraso prevalecente no país pela inferioridade racial dos povos de cor”. (RIBEIRO, 2006, p. 394) O governo investiu recursos como o asseguramento do transporte, facilidade na instalação e de concessões de terras com o objetivo de estimular o processo imigratório.

No pensamento imigratório do período, a escravidão não era percebida como imoral ou ilegítima, mas como um regime de caráter arcaico e de modelo econômico retrógrado. Sua imagem na Europa podia ser negativa e prejudicial à imigração país. No debate sobre a

---

<sup>26</sup>Desde o século XVI, a variação da cor da pele serviu para assinalar as clivagens entre diferentes grupos humanos, muitas vezes articulada à distribuição geográfica na configuração dos cinco troncos principais. As primeiras tipologias, apoiadas na anatomia comparada surgiram no início do século XIX. Aparentemente neutras, estas classificações científicas implicavam uma hierarquização onde os brancos localizavam-se no topo e os negros na base.

colonização, negros e mestiços, livres ou escravos, somente aparecem como coadjuvantes descartáveis inaptos para o trabalho livre.

Sem dúvida, é necessário relacionar esse processo colonizador e imigratório com o quadro internacional do período marcado pelo Capitalismo Industrial e as Revoluções Liberais. A Inglaterra, em sua fase de expansão mercantilista, identificava o regime escravista brasileiro como um obstáculo, pois os escravos eram privados do poder aquisitivo.

Concomitantemente, o mesmo fenômeno capitalista<sup>27</sup> gerou na Europa uma massa de sem-terra e sem-trabalho que acreditavam, com o êxodo ao “Novo Mundo”, que obteriam oportunidades de possuírem terra própria, trabalho e sobrevivência.

Thales de Azevedo (1982) ao tratar dos anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul lembra que “o abandono da terra de nascença por meio da emigração nunca é espontâneo, mas, ao contrário, resulta de condições de existência difíceis de suportar [...] e da exploração do negócio da emigração por diversos interesses”. (AZEVEDO, p. 63)

Tentar apresentar razões explicativas que justifiquem o deslocamento de milhares de seres humanos de um continente para o outro não pressupõe uma tarefa imediata e simples e não pode ser tratada por generalizações.

Além das causas já citadas soma-se as pestes que dizimaram milhares de pessoas e produções, o cercamento dos campos, fenômeno ocorrido do final da Idade Média que expulsou camponeses e conflitos e revoluções como a Comuna de Paris e a Guerra Franco – Prussiana.

O governo imperial, efetivando o plano de criar uma classe média rural, proprietária, adiantada, com mão de obra livre que substituísse o sistema da escravatura em vista das primeiras obstruções ao tráfico negreiro e capaz de fortalecer o mercado interno, tem-se, em 1824, a introdução do primeiro núcleo colonial<sup>28</sup> alemão, mesmo não sendo o projeto pioneiro<sup>29</sup>, no Rio Grande do Sul a Colônia São Leopoldo, localizada à margem do Rio dos Sinos. Assim também afirma Wolff (2005):

No Rio Grande do Sul efetivou-se a maior colonização oficial do país, iniciada [...] com a colônia de São Leopoldo. A ação colonizadora do governo imperial e do

---

<sup>27</sup>O “Velho Continente” estava em um processo de substituição do artesanato por máquinas, acumulação de capital e a necessidade de sua expansão e o esgotamento de terras.

<sup>28</sup>Os núcleos coloniais eram territórios escolhidos pelo governo, situados em terras livres, pertencentes ao Estado, que eram divididos em colônias que variavam de tamanho conforme o lugar e as circunstâncias.

<sup>29</sup>Havia no país um grande número de viajantes, cientistas e artistas e, o Rio de Janeiro contava com mais de vinte empresas alemãs operando na cidade porém, no começo do século XIX não havia colônias germânicas no país.

governo da União visava garantir a posse e exploração de regiões menos povoadas e a produção de gêneros alimentícios para suprimento local e para venda para o resto do Império, adquirindo o caráter de economia complementar à grande lavoura cafeeira. A formação da pequena propriedade através da produção familiar foi, dessa forma, contingência que resultou de uma adaptação às necessidades de produção e consumo. (WOLFF, 2005 p. 149)

Os governos europeus incentivavam a emigração por que através dela poderiam se desfazer de operários desempregados, camponeses sem terra, mendigos e indivíduos com certo grau de conhecimento político que poderiam ocasionar problemas.

Em 1850, com a abolição efetiva do tráfico negreiro<sup>30</sup> retoma-se uma maior demanda da intensificação da política imigratória para suprir a mão de obra nas fazendas de café. Promulgou-se também a Lei de Terras que extingue a concessão gratuita de lotes aos imigrantes e torna a compra o único meio para título de posse.

A vinda de alemães sofre um declínio por volta 1870, quando restrições emigratórias impostas na Alemanha após o Brasil ser desprestigiado. Fatores como a Revolução Farroupilha, o não cumprimento das promessas feitas aos colonos pelos agentes, a falta de uma legislação, os custos e direções do processo colonizador alternado entre o governo provincial e imperial determinam a queda.

Olívio Manfroi (1975) frisa que:

o principal objetivo do governo era atrair um grande número de imigrantes capazes de substituir a mão-de-obra escrava e atender os pedidos da extraordinária expansão das plantações de café. A colonização era uma meta secundária, mas necessária para atingir o objetivo prioritário. Assim se explica o abandono e o isolamento das colônias no RS, logo após sua fundação, como o desapontamento e a decepção dos colonos que se viram jogados em meio à floresta virgem, longe dos centros urbanos e comerciais [...]. (MANFROI, p. 36-37)

O movimento imigratório mantinha-se inexpressivo, os núcleos não estavam funcionando como polo de atração e a pressão abolicionista aumentava o que obrigou o governo, em 1871, a decretar a Lei do Ventre Livre e multiplicar esforços na política imigratória para garantir braços para trabalhar.

Em 1885 a fuga de escravos e a ameaça abolicionista faz com o governo retome o serviço de propaganda e a ajuda de transporte. Em 1888 a escravidão foi extinta definitivamente através da Lei Áurea e um ano mais tarde o Império era substituído pela República.

---

<sup>30</sup>O tráfico de escravos é extinto com a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz.

Durante o período decisivo da abolição a imigração crescia gradativamente. Manfroi (1975) não considera que haja relação entre os dois processos. Para ele até 1875, a imigração era sobretudo alemã e, apesar de ser numericamente insignificante todas as tentativas do governo para que houvesse um aumento estavam voltadas à Alemanha. Mas esta, como dito anteriormente, opunha-se à emigração considerando-a como uma “escravidão camuflada”. A razão da mudança numérica radical, inclusive em 1879 com a suspensão dos favores, está intimamente ligada aos imigrantes italianos e a grave crise econômica que o país atravessava desde a unificação em 1870. Os indivíduos que chegavam ao Brasil eram destinados às fazendas de café, em São Paulo e uma minoria às colônias do Rio Grande do Sul<sup>31</sup>.

Neste sentido, em 1875 inicia-se a colonização italiana e, no Rio Grande do Sul, nos núcleos Conde D'Eu e Dona Isabel. As colônias italianas foram fundadas, tal como as alemãs, sob o regime de pequena propriedade, mas, a extensão dos lotes foi reduzida de 77 hectares para 48 hectares.

Enfatiza-se que quando trata-se de imigrantes não refere-se somente a italianos e alemães eles variam em números e são provenientes de diversas nacionalidades como poloneses, japoneses, suíços, espanhóis, chineses, franceses, russos, austríacos, judeus dentre outros.

Regina Weber (2002) apresenta que ao longo do tempo a ideia de classificação trinária<sup>32</sup> foi sedimentando, mas que na verdade é apenas uma imagem construída que foi perdendo a força com a “proliferação de identidades étnicas múltiplas” (WEBER, p. 207). Na verdade, o que ocorria é que estes grupos eram multifacetados, ou seja, vinham de regiões diferentes que só foram unificadas anos depois da vinda dos imigrantes. E acrescenta:

O termo “de origem” pressupõe apenas determinadas origens. É preciso ser descendente de europeu que se dedicou ao trabalho na terra. Portanto, não há lugar nessa categorização para, por exemplo, descendentes de espanhóis. Pode-se argumentar que a operacionalidade desta categoria deve-se ao fato de que ela permite agregar pessoas de nacionalidades diferentes, mas de língua ou hábitos culturais semelhantes. [...] A nacionalidade russa, romena ou polonesa dependia da situação bélica desta área central da Europa, podendo haver em uma mesma família nacionalidades diferentes, sem que seus membros tenham se deslocado (WEBER, p. 210).

As regionalidades, presentes no caso dos alemães e italianos, cujos Estados-nação

---

<sup>31</sup>É preciso esclarecer que tinha-se no país, desde 1848, duas políticas de imigração: a do governo imperial que criou núcleos coloniais de pequenos proprietários e a política de fazendeiros que demandavam imigrantes para a lavoura uma vez que o braço escravo estava tornando-se escasso.

<sup>32</sup>Weber (2002) afirma que estamos acostumados com a ideia de que foram somente os italianos, alemães e poloneses colonizaram a área colonial do Rio Grande do Sul.

surgiram tardiamente, na segunda metade do século XIX, também contribuiu para a diversidade cultural dos núcleos coloniais e seus desdobramentos urbanos.

Muitos emigrantes eram chamados a emigrar por aqueles que já haviam atravessado o oceano e encontravam-se no Brasil. A fertilidade da terra, a fácil adaptação das sementes trazidas da Itália, a prosperidade e o crescimento das Colônias e o clima semelhante ao país de origem entusiasmavam os colonos<sup>33</sup>. Um elemento capaz de explicar a euforia das informações é a ascensão social e a melhoria econômica com relação ao nível de pobreza que estavam inseridos quando chegaram. Mário Maestri (2005) acrescenta:

Os elogios rasgados sobre as oportunidades oferecidas pelo Rio Grande do Sul não se explicam apenas pela vontade dos humildes propagandistas de se reunirem aos parentes. Eles expressam a consciência de uma situação econômico-social favorável aos imigrantes em relação à vida italiana da época. (MAESTRI, p. 50)

Frisa-se, também, que um fator que favoreceu a concretização da imigração em massa de trabalhadores europeus foi a intensa propaganda feita pelo governo brasileiro na Europa. O papel desempenhado pelos agentes da imigração consistia em idealizar um “paraíso terrestre”. Eles eram contratados pelo governo interessado, pelas companhias de colonização ou de navegação e pagos por determinado valor pelos emigrantes. Azevedo (1982) expõe alguns excessos desta propaganda:

Esses corretores eram acusados de seduzir os campônios italianos com promessas fantasiosas e condições favorabilíssimas ao êxodo [...]. Os agentes brasileiros ou de firmas brasileiras eram acusados de pintar em vivas cores o Brasil como a terra do ouro e das pedras preciosas, das ricas plantações de café das quais os colonos poderiam tornar-se proprietários em poucos anos. (AZEVEDO, p. 78)

O imigrante, definitivamente, não foi um personagem ingênuo e inocente que partiu para a América somente em virtude das promessas mirabolantes, mas sim por um ato de vontade, afirmado por uma avaliação da situação econômica e social concretas na Itália e no Brasil.

Dilse Piccin Corteze (2002) faz um estudo historiográfico inovador, sobretudo sobre italianos, ao criticar as narrativas da memória da imigração, alguns “mitos<sup>34</sup>”, sobre tragédias

---

<sup>33</sup>É importante esclarecer que nem todas as descrições enviadas pelos colonos eram românticas e otimistas.

<sup>34</sup>Segundo Corteze (2002) entende-se por mito: “toda narrativa totalizante, fantástica, sem origem e sem autor, em geral produto de uma elaboração coletiva, transcorrida em um tempo passado, não situado, que se refere a atos, objetos, seres personalizados, etc. A narrativa mítica passava de geração a geração [...]”. (CORTEZE, p. 47-48)



acontecidas durante a viagem e o terrível isolamento e dificuldades encontradas no processo de estabelecimento.

A historiografia colaborou para a consolidação dos mitos. Os primeiros registros e interpretações históricas sobre o Rio Grande do Sul foram formulados pelos intelectuais e administradores que tinham visões centralizadoras do estado, ou seja, membros das elites que registravam seus interesses próprios. Nessa história, as etnias subalternizadas (peões, trabalhadores escravizados, caboclos, nativos...) não foram integradas. No governo nacionalista de Vargas, inclusive, foi consolidada uma historiografia regional exaltadora das virtudes do povo riograndense e de seus heróis.

Ainda conforme Corteze (2002), na maioria das vezes a historiografia demonstra que logo no momento da partida, os emigrantes puderam evidenciar um desengano e um abandono de todos aqueles que lhes havia prometido uma vida mais digna. A travessia era longa e realizada em navios superlotados e com condições higiênicas extremamente precárias. Alguns animais também eram transportados o que acarretava doenças e sendo inexistente a presença de médicos muitos morriam durante a viagem e eram deixados para o mar. A instalação no núcleo também não teria sido tarefa fácil.

Desmistificando a autora apresenta que as experiências de transferências de imigrantes além-mar até as colônias no Rio Grande do Sul não são homogêneas. Há registros de boas recordações da viagem, pois havia uma legislação das autoridades italianas, por exemplo, que normalizava o transporte. Segundo esta mesma legislação, os imigrantes eram examinados antes de embarcarem e suas bagagens e objetos desinfetados.

Os italianos e poloneses chegaram em sua maioria após 1879 quando o governo já havia suspenso todas as ajudas aos imigrantes. Recebiam um lote na mata virgem e tinham um prazo de cinco a dez anos para efetuarem o pagamento. As sementes, os materiais agrícolas prometidos e outros favores indispensáveis para os primeiros anos, os italianos não obtiveram. O dinheiro para o sustento da família e para o trabalho agrícola provinha, na maioria dos casos, nos serviços de abertura de estradas e caminhos coloniais.

Além disso, os alemães que haviam chegado anos antes escolheram as melhores terras. Porém isto não significa que todos tiveram sorte como é o caso dos colonos em Torres e Três Forquilhas, núcleos que não prosperaram da mesma forma que São Leopoldo.

Na verdade, havia um ideário de que todos os imigrantes oriundos da Europa eram agricultores, afirmação hoje contestada pela literatura e por relatos de imigrantes e descendentes. Os alemães, em sua maioria, por exemplo, trabalhavam nas minas de carvão ou

eram metalúrgicos o que facilitou a improvisação de ferramentas para a adaptação da atividade agrícola em território brasileiro.

A enorme expansão da imigração italiana é incontestável. O fluxo variava conforme o período em decorrência de fatores como as emancipações e a abolição ou se a passagem era ou não paga pela União.

Em pouco tempo, os territórios destinados para a ocupação já estavam preenchidos e os novos imigrantes ou descendentes dos primeiros tiveram que ir em busca de novas terras. Além disso, a técnica agrícola utilizada pelos imigrantes era primitiva o que ocasionava após alguns anos a baixa na produção. A solução encontrada por eles, na época, era comprar um novo lote em outros pontos ao invés de modernizar as técnicas de exploração agrícola. Manfroi (1975) exemplifica o processo ao dizer que:

Esta extraordinária mobilidade do elemento italiano, sempre tentado pela miragem das terras novas, sempre disposto a novas aventuras, contrasta enormemente com o desejo primitivo de tornar-se proprietário de uma terra, onde pudesse, em paz, gozar dos frutos de seu trabalho. [...] Tudo isso, porém, são razões secundárias, pois o grande motor da foi o próprio sistema de colonização, associado a uma técnica primitiva de exploração do solo e ao extraordinário crescimento demográfico das antigas colônias. (MANFROI, p. 82-83)

No que tange a imigração polonesa, teriam chegado ao Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX e diferentemente da italiana e alemã, a historiadora Isabel Rosa Gritti (2004) descreve a escassez de bibliografias e fontes documentais para pesquisa, além disso, trabalha o preconceito que os imigrantes dessa etnia enfrentaram desde a Polônia perpetuando um estigma de marginalidade até o estado riograndense.

Na Polônia, não estavam acostumados ao comércio, o colono polonês trouxe, de sua terra de origem, estereótipos medievais contrários a esse tipo de atividade, onde o comércio no entendimento do colono era considerado como uma atividade não muito recomendável.

Os poloneses, devido a ocupação de seu território por outros países entraram no Brasil movidos pelas mesmas causas de expulsão e atração que os demais, mas como pertencentes a várias nacionalidades<sup>35</sup>. Chegaram depois dos italianos e alemães com uma marca de dominação interna e externa. Eram descendentes da decaída nobreza polonesa e na maioria das vezes os sobrenomes poloneses terminados em “ski”, são adjetivos derivados de famílias fidalgas. A documentação existente, como os processos crimes, demonstra o patamar de inferioridade que o polonês era colocado juntamente com o negro na hierarquia social.

---

<sup>35</sup>Os poloneses quando entraram foram registrados como austríacos, alemães ou prussianos, pois a Polônia desde 1772 estava ocupada pelas nações vizinhas quais sejam a Rússia, a Prússia e Áustria.

No Rio Grande do Sul foram destinados a terras de péssima qualidade o que explica o êxodo nos primeiros anos e os conflitos entre os colonos e as Comissões de Terras. Estes conflitos também decorrem pelo fato dos funcionários serem aderentes da doutrina positivista. Segundo Gritti (2004):

Claro está que para os positivistas a ordem é condição de progresso. Para os administradores dos núcleos coloniais, simpatizantes das ideias defendidas por Augusto Comte, os imigrantes poloneses não se submetem às regras e às condições estabelecidas para assentamento nos lotes coloniais. Logo, perturbam a ordem pública e, ao perturbarem a ordem, demonstram sua inferioridade técnica e moral e não contribuem para a prosperidade do Estado. (GRITTI, p. 133-134).

Em 1895 o Rio Grande optou pela imigração espontânea dedicando-se a absorver os numerosos colonos que tinham vindo até então. Uma resistência com a imigração subvencionada é levantada pelo positivista e engenheiro da Secretaria Estadual das Obras Públicas, Torres Gonçalves em 1909 que defendia uma teoria econômica de que, quantos mais braços, seria melhor por que cresceria a produção, mas simultaneamente o bem-estar e a felicidade das populações diminuiria com o crescimento da riqueza.

Para demonstrar como a migração europeia, de um modo geral para a América, foi intensa do final do século XIX e início do século XX, Herbert S. Klein (1999) afirma que cerca de 31 milhões de imigrantes vieram para o “Novo Mundo”. Liderado pelos Estados Unidos que recepcionou 70% seguido, respectivamente, pela Argentina com 4,2 milhões e pelo Brasil com 2,9 milhões de imigrantes. E pode-se dizer que metade retornou ao país de origem e a outra metade permaneceu no país receptor.

Vários fatores podem ser considerados para caracterizar os que ficaram. Alguns porque não conseguiram obter dinheiro suficiente para retornar, outros, pelo contrário, ascenderam financeiramente. Havia também aqueles que casaram e perderam contato com as suas origens e por fim aqueles que, sabiam que, ao retornarem, teriam condições relativamente difíceis e, portanto, optaram por se esforçar para tentar uma vida melhor na América. Conforme Corteze (2002):

O sucesso macroeconômico e macrossocial do movimento migratório, inicialmente com colonos alemães, mais tarde italianos, é evidente. Entre as razões desse sucesso encontram-se, certamente, seu planejamento e desenvolvimento relativamente harmônicos e satisfatórios, considerando-se as condições da época, os recursos e, sobretudo, os objetivos das autoridades estatais e das elites da época. (CORTEZE, p.113)

Assim, as travessias oceânicas significaram a transferência de braços trabalhadores para suprir carências brasileiras já que o elemento nacional havia sido desprezado e, ao mesmo tempo, para os países europeus, foi a resolução de um problema uma vez que conseguiam descartar contingentes de despossuídos de terra e trabalho. O pressuposto da superioridade branca serviu como justificativa para um modelo de colonização baseado na pequena propriedade familiar, portanto, distinto da grande propriedade escravista.

Essas afirmações demonstram que a história negou o modo de apropriação do latifúndio, as relações escravistas, o trabalho dos negros e a presença do indígena e do caboclo, refletindo uma ideia de que estes não foram partícipes na construção de ocupação do espaço em estudo. Ao mesmo tempo, os imigrantes de etnia europeia ganharam a supremacia histórica, pois vieram desbravar e ocupar as terras vazias. Além disso, a historiografia, às vezes, ignora as parcelas de indivíduos que, na trajetória, sofreram fracasso e miséria.

Na República, então, o movimento imigratório estava auto-sustentado e o Estado entrega a iniciativa imigrantista à interesses privados. Imensas regiões foram adquiridas por particulares que, depois, vendiam aos imigrantes por um preço quatro vezes maior.

Da mesma maneira, o Estado também encontrou através da experiência colonizadora uma forma de selecionar os sujeitos do processo, excluir e/ou incluir marginalmente outros, transformar os espaços abertos em territórios de relações sociais, políticos e produtivos. Além disso, conseguiu inserir na realidade brasileira o nascente espírito capitalista sob o manto da propriedade privada da terra e do excedente.

### **2.1.1 A ocupação do norte gaúcho: A formação da Estação Colônia Barro**

O nome da estação fixado na parede externa funcionava como construção de um mundo de novas possibilidades e como sensação de ingresso num novo tempo. Os sujeitos do sonho possível da terra desembarcavam nas plataformas maquiados pela sensação de otimismo triunfante que o projeto de mercado mundial espargia, mas que, paradoxalmente, havia-os empurrado até ali.  
(Wolff, 2005, p. 188)

A consolidação da implantação da São Paulo – Rio Grande alimentou o processo migratório interno no Rio Grande do Sul. No que tange à chegada de colonizadores no norte do estado, vindos principalmente das colônias velhas e atraídos pela ferrovia e pela oportunidade de obterem terras, estes não aportaram numa aventura casual e sua vinda fora intencional e determinada por fatores políticos e econômicos preconcebidos.

É preciso lembrar que tínhamos no Rio Grande do Sul, no período republicano, um

estado positivista e que o mesmo foi responsável por algumas medidas que visavam alcançar o acesso às terras do norte porque até então a consideravam selvagem e incivilizada e almejavam incorporá-la num molde capitalista.

O positivismo Comteano controlava e organizava a ocupação das terras incentivando a imigração, visto que pressupunham ordenação e metodicidade no povoamento territorial. Segundo esta política, os imigrantes europeus seriam os responsáveis pelo desenvolvimento agrícola do estado em razão da sua racionalidade produtiva, experiências adquiridas no país de origem, modelo de organização produtiva baseada na propriedade familiar da terra, na produção de excedentes, dentre outros aspectos. (KLIEMANN, 1986).

Conforme sublinhado anteriormente, a historiografia tradicional cunhou a ideia de que algumas terras colonizadas, como as do norte do estado, não pertenciam a ninguém. Em contrapartida, Wolff (2008) apresenta que:

Os estudos antropológicos constataram, porém, que a presença humana na área de nossa pesquisa data de 10 mil anos atrás. Historiadores regionais referem que a população da região, além dos índios, constava de caboclos e muitos desertores e fugitivos da polícia e das revoluções de 1835 e de 1893, de construtores atraídos pela ferrovia e por contingentes de correntinos extratores de erva-mate. Nessa lógica, podemos constatar que a chegada de (i) migração europeia à região provocou ao mesmo tempo um processo de despovoamento ao ocupar terras de caboclos e índios; e a colonização, na verdade, efetuou uma ação de repovoamento [...]. (WOLFF, p. 18-19)

Desse modo, é possível evidenciar uma preocupação do estado com a questão agrária gaúcha tal como a normatização do acesso as terras. Neste campo, era a Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas que representavam o Estado em nível estadual e as Comissões de Terras em nível local.

Os imigrantes e migrantes começaram a ocupar a região Norte, em direção ao rio Uruguai no início do século XX período em que a União delegou aos estados a responsabilidade pela imigração e colonização<sup>36</sup>. Conforme dito anteriormente, a construção de ferrovias obedecia projetos geopolíticos de defesa do território e como meio de transporte para o comércio de mercadorias.

Neste contexto, é preciso ter presente que o nascimento dos núcleos coloniais surgidos no Norte ocorreram efetivamente ao longo dos trilhos e suas estações serão os embriões dos núcleos urbanos. Os primeiros que aportaram na região de Barro vieram atraídos pela

---

<sup>36</sup>A imigração e colonização era executada pela Inspetoria de Terras, órgão estatal responsável pela condução dos assuntos agrários.

possibilidade de trabalho na construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande em torno de 1907. Ao mesmo tempo, já aspiravam os lotes de terra existentes ao longo do caminho de ferro.

Além disso, as chamadas “Colônias Velhas” enfrentavam o problema de densidade demográfica e do esgotamento de terras ocasionando o governo a criar uma manobra para transferir parte dos imigrantes às novas terras. Estas peculiaridades foram fatores diferenciados na ocupação da região em estudo.

Ernesto Cassol (1979) apresenta que em geral, as colônias do Alto Uruguai e Planalto Médio foram divididas em lotes rurais – colônias – de 250.000 m<sup>2</sup>. O preço de cada lote era em torno de 500 mil-réis. O governo estadual financiava a compra, devendo o imigrante efetuar o pagamento em prestações. A dívida colonial originava-se do valor das terras, derivados dos auxílios e de multas decorrentes do atraso das parcelas da dívida. Acaso o pagamento integral da dívida ocorresse no período do segundo ano do estabelecimento, o proprietário teria uma redução de 12% sobre o valor da dívida colonial. (CASSOL, p. 30)

Delimitamo-nos, pois, na estação colônia Barro<sup>37</sup>, 5º distrito do município de Erechim, área do atual município de Gaurama/RS<sup>38</sup>, localizada no quilômetro 468 da ferrovia São Paulo – Rio Grande, o qual teve uma função significativa no processo de integração, emissão e recepção das ações políticas e, tal como outros municípios, Barro teve sua trajetória histórica construída em uma estreita relação com a ferrovia.

No que concerne à denominação “Barro”, Oscar da Costa Karnal (1926) explica:

Sede do 5º districto. Deveria ser chamada de “Balisa” e Balisa de “Barro”. Quando em construcção a estrada de ferro, havia na actual Balisa um acampamento de constructores, os quaes denominaram de “Barro” o lugar, pela natureza notadamente argilosa no terreno. Pelo contracto com a União, a Companhia Constructora, em determinado tempo, teria que dar ultimada a ponta dos trilhos em “Balisa”, hoje Barro, e como visse que a isso não satisfaria, inverteu as denominações desses lugares para cumprimento do praso. (KARNAL, p. 65)

Desta forma, o atual distrito de Balisa, que na época em estudo pertencia à colônia de Erechim<sup>39</sup>, teve sua ocupação anterior a de Barro. Assim, os trilhos chegaram primeiro em

<sup>37</sup>As primeiras referências nos relatórios oficiais do governo do estado dos primeiros anos do século XX, bem como na documentação da Empresa Colonizadora Luce Rosa, identificaram o núcleo do entorno da estação ferroviária como “estação colônia Barro”. As referências encontradas nas fontes primárias não permite definir o período em que a denominação passou a ser “Vila Barro”. Algumas evidências demonstram que possa ser em torno de 1920 quando houve um crescimento da área urbana.

<sup>38</sup>No contexto de nacionalização do Estado Novo, “Barro” foi alterado para “Gaurama” em 1944. Tal ação será discutida posteriormente.

<sup>39</sup>Até 1902, o município de Erechim compreendia um grande território denominado “Alto Uruguay” e constituía-se no 3º distrito de Passo Fundo. Em 1908, foi criada pelo governo do estado a colônia Erechim, com sede em

Balisa onde também construiu-se uma estação. Salienta-se que o percurso da ferrovia seguia no sentido do sul para o norte, em direção ao estado de Santa Catarina. Wolff (2005) demonstra em seu estudo que documentos e narrativas verbais comprovam que em 1907 lotes já estavam sendo comercializados pela Comissão de Terras em local próximo aos trilhos e da estação e também relembra que neste mesmo ano as obras da ferrovia foram retomadas.

O trajeto da ferrovia SP – RG cimentou o surgimento de vilas no entorno das estações e dentre elas, a colônia Barro. Embora tenha sido oficializada em 1917, o povoado já tinha se formado por volta de 1910 com a viação férrea e a placa diante da estação já indicava: “KM.468+240 – ALT. 755,75”<sup>40</sup>.

Fotografia 1 – A Estação Barro em 1936, com o agente e atendentes do trem.



Fonte: Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong.

Assim sendo, os caminhos de ferro passaram a ser, a partir de 1910, transportadores de histórias de vidas, de sonhos enriquecedores, da busca da terra própria. A estação tornou-se ponto de chegada e de partida de sujeitos históricos que, nas décadas posteriores, transportavam-se no “trem misto”, no “noturno” e no “internacional” construindo processos urbanísticos e assimilando novos hábitos e costumes, produzindo representações e imagens. A respeito, Wolff (2005) relata que: “A 'agilidade' e 'rapidez' do trem fizeram, de toda forma, circular mercadorias e experiências humanas, capazes de representar por si mesmas as

---

Capoerê, transferida em 1909 para Erechim, onde atualmente se localiza a cidade de Getúlio Vargas. A “Comissão de Terras de Colonização”, que coordenava a colônia Erechim administrativamente, subdividia-se em cinco núcleos colonizatórios: Boa Vista, Erechim, Barro, Marcelino Ramos e Lagoa Vermelha, todos pertencentes ao 8º distrito de Passo Fundo.

<sup>40</sup>Contava-se a quilometragem a partir de Santa Maria e a altitude, em relação ao nível do mar.

realidades vividas, realizando-se em tempo real e sem clichês de heroísmos ou romantismos”. (WOLFF, p. 136)

A colônia foi um centro de abastecimento de lenha e água para os trens e em seu trajeto histórico firmou-se como um local de significativa atração regional em decorrência de sua afluência comercial, pois as matas existentes na região eram motivo de cobiça onde a madeira podia ser utilizada para os dormentes e o comércio, a lenha como combustível para as locomotivas e a terras que, após ser desmatada se tornaria uma fonte de produção e uma mercadoria valorizada.

Em 1913, o relatório da Secretaria de Obras Públicas descrevia o local:

Povoado Barro – É também uma estação da estrada de ferro. Dista, a rumo, de Erechim cerca de 37 quilômetros e 80 pela linha férrea. Existem 287 lotes demarcados, dos quase 34 ocupados e devolutos 253. o número de casas é de 17, sendo 7 os estabelecimentos comerciais e industriais e 80 o número de habitantes<sup>41</sup>.

O incentivo à imigração para estes espaços fazia parte da proposta positivista a qual baseava-se na pequena propriedade e não à concessão de grandes extensões de terras para fins de colonização particular. Nos princípios positivistas a organização dos núcleos coloniais consistia em um trabalho técnico, sistemático e metódico no qual o povoado teria a função de centro coletor e distribuidor de mercadorias e também cabia a ele elaborar pequenas indústrias voltadas a suprir as necessidades locais.

A colônia Erechim desde sua criação esteve inserida numa política imigratória oficial, planejada e concebida nos moldes da Constituição de 1891. A ocupação do espaço de Barro, por sua vez, foi peculiar, pois a ocupação iniciou-se ainda no processo de construção e demarcação da ferrovia e apenas posteriormente teria sido consolidado uma forma planejada de colonização.

Desta forma, na ocupação capitalista, Barro e outras colônias da região tiveram seu processo de colonização atrasados adquirindo destaque com a construção da ferrovia e o descolamento de imigrantes em busca de terras somente após 1907. A colônia evoluiu economicamente com a venda de terras, a derrubada das matas com a sequência do plantio e venda de excedentes sempre acompanhando o ritmo dos trens.

#### 2.1.1.1 A arquitetura social de Barro: a multiétnica

---

<sup>41</sup>RELATÓRIO APRESENTADO AO DR. ANTONIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros, 1913. p.93.



Como vimos, o Rio Grande do Sul foi o estado no qual efetivou-se a maior colonização oficial brasileira e, posteriormente, valendo-se principalmente da Lei de Terras de 1850, também entregou à interesses privados a concessão do processo imigratório que teve presença atuante e significativa e foram “as principais responsáveis pela estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, as quais, baseando-se no sistema de colonização imperial, retalharam o estado com dezenas de núcleos colonizadores” (GIRON; CORSETTI, 1990, p. 449).

Em Barro efetivou-se as duas formas de colonização. Na verdade, os trilhos que hoje atravessam o município no centro da cidade foram a linha divisória da colonização: as terras localizadas a oeste dos trilhos em direção à Três Arroios e Santa Catarina foram loteadas pela companhia privada Luce, Rosa & Cia LTDA; as terras ao leste foram loteadas pela Comissão de Terras, portanto de caráter público.

A empresa colonizadora Luce, Rosa que atuou na venda de terras na colônia tinha sua sede central em Porto Alegre e uma sede em Barro mantendo em um curto período um escritório de representação em Passo Fundo e Santa Maria<sup>42</sup>. Teve sua origem em 1883 quando Adolpho Guilherme Luce, Timotheo Pereira da Rosa (sócios majoritários), Ernesto Heussler, Hans Méier, Felisberto de Azevedo e José Petry adquiriram 3.641 colônias no norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste de Santa Catarina.

Essa imensa área adquirida provém de uma baronesa de São Paulo. Nilson Thomé (1980) ao tratar da obtenção destas terras cita que: “A Baronesa de Limeira ganhou do governo imperial extensa sesmaria, parte da qual vendeu a terceiros, e suas terras restantes foram vendidas pelos herdeiros às empresas colonizadoras” (THOMÉ, p. 148).

A companhia instalou um escritório em Barro em 1916 colonizando os povoados de Barro (atual município de Gaurama), Três Arroios, Nova Itália (atual município de Severiano de Almeida), Rio Novo (atual município de Aratiba) e Dourado (atual distrito de Aratiba). Segundo Márcia dos Santos Caron (2009):

No local onde seria implantada a colônia, permanecia um escritório em funcionamento. Nesse escritório havia funcionários contratados para acompanhar o transporte dos colonos, a demarcação dos lotes e a localização dos terrenos comprados pelos colonos. Já nas regiões onde seriam vendidos os lotes, eram abertos escritórios com pessoal burocrático necessário para tramitação dos contratos e procedimentos legais. (CARON, p.192)

---

<sup>42</sup>A companhia atuou em Barro até 1935 transferindo-se para a sede de Rio Novo. Neste período suas relações com a colônia são encerradas tendo em vista que a maioria de seus lotes no local já haviam sido comercializados. Em 1945 a sede é transferida para Erechim e suas atividades são encerradas em 1976.

Mário Maestri (2005) também assinala que muitos latifundiários, por volta de 1860, se apropriaram de terras florestais, no norte do Estado, pertencentes às comunidades nativas e caboclas e posteriormente as venderam para companhias para que fossem loteadas. Ainda “As empresas privadas almejavam o lucro. Não raro loteavam e vendiam, a vista ou a prazo, terras em litígio ou ocupadas”. (MAESTRI, p. 25)

A empresa também preocupava-se com estratégias de divulgação de venda suas terras através de uma intensa propaganda publicitária. Folhetos ilustrativos eram distribuídos ao longo da linha Santa Maria – Marcelino Ramos e em outros trajetos ferroviários. Os mesmos comprovam o palco da estação Barro como local de negócios<sup>43</sup>.

Os primeiros compradores de terra foram os italianos, alemães e alguns espanhóis que foram “italianizados” com o convívio. A documentação fornece a identificação de apenas dois “brasileiros” entre os colonizadores de Barro. Estas afirmações nos permitem constatar que tivemos na colônia uma atuação multiétnica e que os trilhos foram divisores da disposição da população visto que os poloneses e outras etnias eslavas assentaram-se através da colonização oficial e do outro lado como em Balisa, por exemplo, que fora colonizada majoritariamente por poloneses, procedentes de São Marcos. (WOLFF, 2005)

A empresa colonizadora foi responsável pela abertura de estradas, construção de pontes, instalação de linha telefônica e também cuidou da instrução. Ou seja, desde a sua instalação preocupou-se em fornecer uma infra-estrutura básica para o (i)migrante até mesmo como forma de atrair outros<sup>44</sup>. Aos que recém chegavam de trem podiam se hospedar no barracão de imigrantes até comprarem suas terras e posteriormente adquirirem no armazém mercadorias essenciais para suprir as principais necessidades de subsistência.

Salienta-se, novamente, que a chegada dos colonos coincidiu com a atuação do estado positivista. O engenheiro Carlos Torres Gonçalves, no relatório de 1913 deixou claro sua intenção em organizar núcleos coloniais multiétnicos, mas que ocorresse de maneira espontânea. Este planejamento, porém, atuou como uma política orientadora, não de imposição.

Assim, a própria Luce Rosa destinou áreas específicas para determinadas etnias. É o caso dos alemães encaminhados ao local denominado de “Nova Berlim”, atual Três Arroios e dos italianos em “Nova Itália” atual Severiano de Almeida.

Ao contrário, Barro se diferencia pela sua multiétnicidade. Desde a chegada dos

---

<sup>43</sup>Ver Anexo A.

<sup>44</sup>A Luce Rosa divulgava as vantagens que a colônia Barro oferecia como meio de atrair imigrantes. Além de itens básicos na infra-estrutura, divulgava os serviços religiosos e a grande quantidade de madeira existente no local.

primeiros colonos houve espaços preferenciais para certas etnias na forma de uma setorização espontânea tendo como marco a linha férrea: os poloneses foram os primeiros a ocupar o atual município de Gaurama, aportando em Balisa por volta de 1908 e também localizavam-se a leste da região da estação; em áreas ao leste, em direção à Três Arroios estavam os alemães; e mais ao centro nas cercanias do povoado estavam os italianos.

Desta forma, quando em 1917 a Luce Rosa instalou seu escritório no povoado, o mesmo já estava formado ao longo dos trilhos contrariando o ideal positivista de planificação e estética. O mesmo ocorreu com a Comissão de Terras quando foi demarcar os lotes para o perímetro urbano, onde a maioria dos terrenos localizados nas proximidades da estação já haviam sido ocupados sem prévia planificação.<sup>45</sup>

Os registros apontam a ocupação da colônia pela “classificação trinária”, mas os (i) migrantes que aqui chegavam por vezes pertenciam a etnias que, pelo seu menor número, se aproximavam e se assimilavam a outros grupos de origem étnica pelos quais mais se identificavam culturalmente. É o exemplo de grupos multifacetados como os russos e ucranianos que aproximavam-se dos poloneses; os espanhóis e austríacos dos italianos e os prussianos e holandeses dos alemães.

Cada etnia estava longe de compor um mesmo povo, pois vinham das mais distintas regiões da Europa e, em cada uma delas, viviam segundo uma cultura própria e falavam um dialeto específico. Podiam ser grupos heterogêneos que sequer tinham a mesma cidadania, mas que foram tratados como integrantes de uma categoria geral.

Além disso, ocorria que muitas vezes em seus passaportes constava o nome do país que dominava sua região e não a sua etnia o que dificulta, hoje, um estudo demográfico de cada grupo étnico de imigrantes vindo da Europa.

Uma nova pátria estava se formando, uma pátria de imigrantes que construíram suas nacionalidades e suas diferenças regionais e dialetais, como é o caso de italianos e tirolezes (austríacos), não impediram uma certa homogeneidade cultural. Os alemães também podiam considerarem-se prussianos, badenses, oldemburgueses e entre os poloneses podia-se encontrar lituanos, rutenos ou mazowianos.

O fato de Barro agregar esta multietnicidade e não ter a predominância de uma única etnia possibilitou a formação de “quistos” ou “sociedades” étnicas que contemplou alemães, italianos e poloneses aproximando fisicamente os colonizadores de etnias afins e cumprindo

---

<sup>45</sup> A estação ferroviária foi o eixo centralizador do ordenamento urbanístico que foi ocorrendo de forma espontânea ao longo da ferrovia. Uma observação minuciosa do centro do município, hoje, permite-nos perceber a quase inexistência de quadras traçadas em tamanho e forma regular.

um papel agregador.

#### *2.1.1.1.1 Quistos Étnicos: Os espaços da identidade do (i) migrantes*

Há uma vasta carência bibliográfica sobre a questão da convivência social advinda da imigração. Encontrou-se alguns estudos que delineiam o tema, mas não o tornam objeto central.

As chamadas sociedades ou “quistos étnicos” se originaram em decorrência da própria condução da política de colonização e não da livre escolha dos imigrantes e não devem sua existência ao fato do isolamento das colônias. Pois, a política imigratória, sobretudo imperial, entendia que a uniformidade linguística e cultural era condição para a formação de um Estado nacional, uno e forte por isso teve-se uma ênfase em políticas de restrição à diversidade. Além disso, colônias homogêneas funcionavam como atrativo para imigração. Somente na década de 30, este agrupamento foi visto pelas autoridades como perigoso para a unidade do país.

As maiorias das colônias, principalmente no sul do Brasil onde a maioria dos imigrantes foram destinados, nas primeiras décadas de imigração, sofreram situação de insegurança gerada por problemas fundiários e pelas deficiências dos serviços públicos essenciais. Os recursos enviados eram mínimos e insuficientes para abrir as estradas necessárias, demarcar lotes e atender a demanda de ensino e saúde.

Neste contexto, um dos resultados obtidos, foi a organização comunitária a fim de solucionar estes problemas que o governo ignorava. Consequentemente, associações assistenciais, escolas comunitárias e sociedades de cunho cultural e recreativos deram uma nova fisionomia para as colônias diferenciando-as da sociedade nacional.

É de fundamental entendimento a trajetória social do imigrante e sua necessidade de legitimar sua posição e imagem diante de certas (re) organizações culturais para uma posterior compreensão de suas ações. Delas, podemos apreender a dinâmica, a ingenuidade e a ousadia de situações que vivenciaram as quais demandaram certo grau de criatividade onde, a história instituída e as experiências vividas foram manifestadas por meio de comportamentos simbólicos direcionados a uma contínua reconstrução de sua função diante da sociedade e dele mesmo.

Inicialmente, essas instituições comunitárias não foram criadas com o intuito de assegurar suas especificidades étnicas, embora mais tarde tenham cumprido este objetivo, mas de suprir lacunas e carências existentes.

Desta forma, estes quistos assumem-se através de uma cultura e uma identidade similar e na origem racial/nacional, que nos remete à nação-mãe. O associativismo foi um traço marcante na organização das comunidades étnicas do Brasil. As comunidades fundavam as associações de caráter recreativo, educacional e de auxílio mútuo.

A língua materna talvez seja a característica mais importante e persistente na fronteira étnica. O estilo arquitetônico utilizado, a organização do espaço, os hábitos alimentares, a divisão do trabalho e os costumes relacionados ao casamento são características que os definem em um grupo e refletem a ideia de pertencimento a uma unidade, uma identidade coletiva que reforça a crença na origem comum. Para Pierre Bourdieu (1989):

[...] Toda ação histórica põe em presença dois estados da história: a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, etc., e a história no seu estado incorporado que se tornou habitus. (BOURDIEU, p.82)

A ocupação dos lotes coloniais no sul do Brasil foi homogêneo com relação à origem étnica, em decorrência dos processos históricos. Até mesmo espaços fundados sob a orientação de evitar os quistos étnicos acabou conglomerando grupos com procedência semelhante<sup>46</sup>.

É no processo de urbanização das cidades que o contato com outras etnias intensificasse, e é este mesmo contato que irá acentuar as diferenças e, portanto denotar a construção de sua identidade ao mesmo tempo em que a do outro. Ou seja, as identidades étnicas representam a diferença cultural, mas só apresentam significado social no confronto com os outros.

Seyferth (1993), em seu estudo sobre os quistos alemães e os teuto-brasileiros<sup>47</sup> demonstra que eles continuam ligados com a Alemanha e transportam para as colônias o modo de vida alemão e acrescenta:

A nova pátria é a colônia, a nova cidadania a brasileira, mas a etnia continua sendo alemã; o ato de emigrar significou o rompimento com o país de origem, mas não com o *Volk* (povo/etnia) alemão. O pertencimento sugerido por tal categoria remete, por um lado, a uma entidade supraterritorial - a nação alemã, concebida como entidade cultural e lingüística que une um povo de mesma origem - e, por outro lado, à cidadania e a um território considerado como *Heimat ou Vaterland* - o Estado

<sup>46</sup>É o caso de Ijuí, no Rio Grande do Sul, fundado nos primeiros anos da República.

<sup>47</sup>As elites, principalmente, deram origem a esta nova identidade que, por um lado mantinha contatos com a Alemanha e, por outro, participava ativamente da vida social e política do Brasil. René Gertz (1987) define como teuto-brasileiro o descendente de imigrante alemão nascido no Brasil, portanto diferente do alemão, que imigrou e possui cidadania alemã.

brasileiro (SEYFERTH, p.6).

Desta forma, o significado da identidade étnica está estreitamente relacionada ao sentimento de pertencimento a uma comunidade e a solidariedade baseada em uma história e cultura comum. Essas identidades eram construídas em oposição aos brasileiros ou àqueles que não participaram do processo colonizador. Assim, surge um discurso de que os pioneiros dessas fronteiras foram os imigrantes, os mesmos que foram denominados de desbravadores e que transformaram a floresta em um espaço civilizado.

Termos como *germanidade*, *polonidade* e *italianidade* estavam presentes nos discursos dos imigrantes e seus descendentes justamente para demonstrar uma vinculação cultural com a nação de origem. Ambos possuem em comum o mesmo fundamento empírico, a história da colonização europeia no sul do Brasil, porém se distinguem pelas tradições reportadas ao novo país.

Gertz (1998) também estuda a etnia alemã e trabalha com o conceito de germanismo, tradução da palavra *Deutschtum* que significa uma espécie de ideologia que defende a prática e defesa da germanidade das populações de origem alemã.

Nesta conjuntura, a ideia de que os alemães estavam transformando a mata em uma comunidade alemã é defendida. Uma nova pátria nos moldes do país de origem estava sendo estruturada.

No que tange aos poloneses, de fontes mais escassas, para compreender a constituição de parte da cultura polonesa, como a criação das escolas étnicas<sup>48</sup> Ruy Wachowicz (2002) demonstra que a ausência da iniciativa governamental contribuiu para a criação de uma instituição escolar, de natureza diferenciada, denominada de escola- sociedade, que era baseada em uma sociedade recreativa com o objetivo de oferecer um espaço associativo à comunidade, visando comemorar datas significativas, organização de bailes, recepção de autoridades quando em visita à comunidade e espaço de reunião da juventude local. Tal iniciativa oportunizava a reunião dos chefes de famílias do núcleo colonial e arrecadação de fundos.

No caso dos italianos destaca-se as Sociedades Étnicas de Mútuo Socorro que geralmente promoviam a solidariedade e concomitantemente, como as demais, se debatiam para construir uma identidade nacional fora do país de origem. Preservavam as festividades

---

<sup>48</sup> Estas escolas foram construídas e mantidas pelas comunidades. Havia as escolas étnicas religiosas, as comunitárias (sociedades-escolas) e as escolas subvencionadas, mas, em comum tinham o ensino da cultura e da língua materna do grupo. Pouco ou nada ensinavam em língua portuguesa.

cívicas e muitas também assumiram as atividades de ensino.

No funcionamento destas sociedades evidencia-se também uma cultura coletiva quando entendemos enquanto concepção de cultura:

[...] a produção [...] no sentido de peças de teatro, conferências, música, mas as celebrações, os costumes, as normas [...]. Em outras palavras, como através dessas práticas e desses rituais os membros das associações percebiam o mundo e a si mesmos. (BATALHA, 2004, p. 97)

Walfred A. Anderson e Frederick B. Parker (1971) consideram a cultura como um modo característico de um povo numa sociedade, como um conjunto total dos universos psicossociais, biossociais e físico sociais e “é construída por intervenção e descoberta, acumulação, seleção e difusão. As culturas variam de sociedade para sociedade por causa das diferenças” (ANDERSON; PARKER; p.61). Essas diferenças estão relacionadas aos respectivos ambientes, seu isolamento, sua base cultural e posição tecnológica.

Considerando estas questões, é perceptível que a construção das identidades, dependem de fatores de ordem cultural que os indivíduos cultivaram e que vêm sendo constantemente colocados à prova em todos os lugares. A existência dessas sociedades entre imigrantes não é um fato isolado, pelo contrário, no caso dos italianos, já era uma experiência comum na Itália. Na América, porém, sofreu uma (re) interpretação uma vez que, na Europa elas serviam como instrumento para integração das classes operárias e no Brasil, especificadamente num primeiro momento, essa prática tinha como referência a manutenção da matriz nacional. Geralmente, os nomes das sociedades lembravam algum herói italiano ou membro da Casa Real da Itália.

No que diz respeito a questão do nacionalismo italiano, a “italianidade”, Bertonha (2005) registra que esta não foi trazida da Europa pois a Itália ainda não havia encerrado seu processo de unificação quando seus cidadãos iniciaram o fluxo emigratório, portanto, foi edificada no Novo Mundo.

Diante disso, essas instituições italianas e o objetivo e vínculo do associado com a mesma eram muito diversos. Um estudo identificou a presença de 64 existentes somente no Rio Grande do Sul e foram classificadas em dependentes e independentes, ou seja, a primeira possuía contato com as sociedades italianas enquanto que a segunda podia ter laços com outras instituições como a Igreja e a maçonaria. Contudo, a maioria era independente.

### 3 A EXPERIÊNCIA DAS SOCIEDADES ÉTNICAS EM BARRO

A setorização espontânea das etnias em Barro propiciou a aproximação dos colonizadores e a formação de sociedades que agregavam italianos, alemães e poloneses. As quatro sociedades criadas foram constituídas no início do século XX e expressaram a etnicidade dos grupos majoritários existentes. Segundo Wolff (2005), os estudos indicam que estas sociedades “tiveram um papel agregador, pois não se caracterizaram como ações que expressassem traços de nacionalismos xenófobos ou discriminatórios”. (WOLFF, p. 254)

De caráter social e recreativo, surge em 1918 a primeira sociedade formada por descendentes de poloneses e poloneses natos denominada *Sociedade Marechal Joséj Pilzudski* que funcionou até 1937. Em 1924 os italianos organizaram uma sociedade de mútuo socorro, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Principessa Mafalda*. Em 1927 os alemães fundaram a *Deutscher Verein Graf von Spee* e, na localidade de linha 2, secção Suzana, formaram a *Generalfeldmarschall Von Hindenburg*. (THOMÉ, 1961; WOLFF, 2005)

O imigrante Paulo Carlos Moron tinha 9 anos de idade quando veio da Alemanha em 1912 com sua família. Seu pai, Martin Moron, foi um dos primeiros músicos da região a formar uma orquestra. Paulo escreveu, em 1968, três manuscritos narrando a história da família em Gaurama. Os textos são documentos históricos e também abordam o cenário da Estação Barro de sua chegada até o ano no qual escreve<sup>49</sup>. Em um dos manuscritos narra que no ano de 1928 o povoado contava com três sociedades recreativas.

---

<sup>49</sup>Os manuscritos de Paulo Moron embasaram o roteiro do curta metragem *Partituras do Tempo*, produzido em Gaurama em 2011 através do projeto “Revelando os Brasis” patrocinado pelo Ministério da Cultura, Canal Futura e Petrobrás.



Fotografia 2 – Página 14 do manuscrito de Paulo Carlos Moron, escrito em 1968. Apresenta a existência de três sociedades étnicas no povoado Barro no ano de 1928.

14

em 1928 quando Barro contava com 32 estabelecimentos comerciais, isso quer dizer entre outros comerciais, Motéis, pequenos armazéns 7 cinemas, 3 Sociedades Recreativas, que eram as seguintes Sociedade Alemã, Sportvereine, a Sociedade Italiana, Sociedade Maranhense, e a Sociedade Polonesa. Além disto havia mais dois Clubes Esportivos eram eles o F. de Setembro com sede no Tabão Petri e o Gaurama com sede no Tabão Bertagostin, os charcos em redor da vila, todas as habitações e cultivos, até a Vila Gaurama, a vila Gaurama era uma pequena vila formada por uma colônia de São Alfredo Gaurama, com respectivas moradias para os operários, uma escola, um Tabão de Boate de São Nicolau Meyer, um armazém de São José Pass, e mais umas 5 ou 6 casas particulares, que se podem ver que Barro que era o 5º distrito do Município São José do Guariá, estava progredindo muito e esse progresso não era visto de longe pelos grandes autoridades municipais, pois agora

Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

O fato de Moron não citar a sociedade na linha 2, Generalfeldmarschall Von Hindenburg pode ser explicada pela hipótese, pois não se tem uma data concreta do ano de sua fundação, de que ela tenha sido constituída no mesmo período mas posteriormente.

O depoimento de Amândio Adão Helfenstein demonstra o desenvolvimento do povoado e o caráter recreativo e cultural que estas sociedades desempenhavam:

A vida de Gaurama...de Barro...era progresso puro. Indústrias surgindo, serrarias, moinhos, sociedades culturais, comerciais surgindo a toda hora por todos os recantos da região. Música, canto, teatro, ginástica era instituído em todas as comunidades de

emigrantes, havia até uma pequena sinfonia<sup>50</sup>.

Cabe aqui já deixar claro que, apesar de Barro conter quatro sociedades étnico-culturais que congregam e portam na sua denominação, as etnias italiana, alemã e polonesa, as outras [etnias] que auxiliaram na formação multiétnica do local também foram membros partícipes nessas sociedades. Porém, destinavam-se naquela em que mais identificavam-se culturalmente, ou seja, que mais lhe era afim seja na língua, ou na identidade de origem.

### 3.1 SOCIEDADE MARECHAL JOSÉJ PILZUDSKI<sup>51</sup>

Fundada em 1918, a sociedade Marechal Joséj Pilzudski funcionava na rua 13 de maio também conhecida como a “rua dos poloneses”, pois a maioria dos (i) migrantes poloneses instalaram suas casas comerciais e suas moradias neste local. Atualmente a rua denomina-se Pedro Pinto de Souza.

Sem dúvida, foi um espaço de expressão cultural, pois abrigava uma escola bilíngue, o primeiro cinema e um salão de bailes que contava com um ambiente para dança, além de um camarote e um palco.

No que tange a organização, Edmundo Gardolinski (1976) destaca:

os irmãos Piotr e Jan Fila, Jan Kania (1º presidente), Jan Wziontek, Antoni Sierotka, Jan Franczak e seu filho e, finalmente, o rumeno J. Zamfit, casado com uma polonesa. Este último foi por longos anos ativo presidente da Sociedade. (GARDOLINSKI, p. 82)

Posteriormente, tem-se a referência de Martin Plutzinski como dirigente da sociedade polonesa. Além disso, também era dono do cinema mudo do local que aliás era muito frequentado. As pesquisas demonstram que esta sociedade centralizava os moradores quando tinha apresentação de filmes, cujos efeitos sonoros eram realizados por uma orquestra que tocava de acordo com o movimento das imagens mostradas na tela: “Era cinema mudo, e tinha aquela banda do Jardim e a banda vinha e tocava, quando tinha sessão de cinema e o pessoal iam bastante, eu sei que depois comentavam nos filmes, era mudo, mas o pessoal

---

<sup>50</sup>HELFFENSTEIN, Amândio Adão. Entrevistado por Gládis Helena Wolff, em Gaurama, 12 mar. 2005. Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong.

<sup>51</sup>A denominação é referente a um revolucionário polonês e uma das mais proeminentes figuras políticas polonesas de seu tempo sendo considerado o maior responsável pelo ressurgimento da Polónia quase 120 anos após sua partição pela Áustria, Prússia e Rússia.

gostava, achavam bom<sup>52</sup>”.

Fotografia 3 – Encontro festivo de imigrantes poloneses, Sociedade Polonesa, década de 20 ou 30.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Ila Font. Erechim.

O carnaval era uma prática cultural presente em Barro desde seus primeiros tempos. As festas aconteciam durante o dia por que ainda não havia luz elétrica. Os blocos carnavalescos faziam curso na rua e através de estudos, identificamos que os primeiros carnavais ocorriam no salão da sociedade polonesa:

É por que era um salão grande, cinema era grande, era salão assim e nos lados tinham frisos que diziam e mais alto eram os camarotes. [...] Era cinema depois era sociedade então, era grande lá então. Eu lembro que era menina assim pra fazer o curso na rua então a rainha de carnaval era Maria Costa, e daí então pedirão pra mãe, pra mim ir de aia, aí eu fui, aí na hora de andar de carro que só tinha um carro, eu do lado da rainha, de aia da rainha. [...] É um carro, mas todo enfeitado [...] <sup>53</sup>.

A ligação ferroviária com a então capital Rio de Janeiro e São Paulo proporcionava contatos de negócios dos comerciantes e madeireiros de Barro. As modas e os modismos em

<sup>52</sup> WOLFF, Elside. Entrevistado por Gládis Helena Wolff, em Gaurama, 19 set. 2003. Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong.

<sup>53</sup> WOLFF, Elside. Entrevista já informada.



voga naqueles centros urbanos eram rapidamente reportados na sociedade barrense, como foi o caso do corso – um desfile carnavalesco –, em evidência:

Fotografia 4 – Corso saindo em 1927 da Sociedade Polonesa. Identificam-se: Oscar de Paris; Emílio Diemer; Angelo Dezordi; Placidia Bertagnoli; Ipenor Bertagnoli; Martin Dezordi; Capitão Homero; Sabino de Paris; rainha Maria Costa (sobre o carro); rei Palma (no primeiro plano apoiado).



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

O governo do período não era capaz de resolver todos os problemas de âmbito educacional, portanto era comum e compreensível que os colonos construíssem escolas particulares de ensino. Após o término da Primeira Guerra Mundial quando a nação polonesa é restaurada pelo marechal Pilsudski que as escolas polonesas, mantidas pelos colonos, passaram a receber um auxílio por parte do consulado polonês.

Gardolinski (1976) em seu estudo sobre as escolas polonesas no Rio Grande do Sul, cita que até 1930 existiam 35 escolas particulares na região de Erechim. E o fato das escolas receberem modestas contribuições as obrigou a organizar festas e outras diversões com o intuito de arrecadar dinheiro para finalidades escolares.

Em Barro, tivemos uma escola polono-brasileira localizada nas proximidades da

sociedade polonesa na qual teve grande destaque o professor Boleslau Wenclewski<sup>54</sup>, considerado o primeiro professor do povoado. Outro educador desta escola surge em torno de 1926, o professor Michal Dembczynski. Assim, a criação da escola e a fundação da sociedade foram dois processos simultâneos.

Wenclewski é descrito pelo professor Andrzej Wypych que também deu aula na região:

O prof. Wenclewski fora um eficiente organizador; percorria, frequentemente, as colônias circunvizinhas, incentivando em toda a parte a criação de novas escolas. Deste modo, nasceram em pouco tempo, no interior do antigo município, muitas escolas particulares. (In: GARDOLINSKI, 1976, p. 89)

Cabe destacar que a escola polono-brasileira também abrigava crianças de outras etnias, como italianas, das quais tinha ótimas relações. Esta diversidade também é visível na foto que segue:

Fotografia 5 – Escola Polono-Brasileira, fundada em 1918, pelo professor Boleslau Wenceslewski.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

---

<sup>54</sup>Boleslau foi professor e sociólogo membro atuante na comunidade polonesa sulina, junto à sociedade Águia Branca, de Porto Alegre e na Associação dos Professores Polonesas das Escolas Particulares no Brasil (Curitiba), como diretor da entidade a partir de 1925. Atuava como inspetor das escolas polono-brasileiras.

É fundamental citar que tivemos em Barro outros núcleos poloneses além da sociedade destacada. Identificamos no distrito de Balisa, que, como dito anteriormente, agregou sobretudo colonos poloneses, na comunidade de Alto Caçador e na divisa da Linha 4 – Secção Paiol Grande e Linha 1 – Secção Barro.<sup>55</sup>

Em Balisa, uma pequena escola foi fundada em 1914 na casa do colono Stanilaw Ryla, pelo professor Adam Bujno, refugiado político, que além do magistério concluiu cursos superiores na Europa.

Segundo informações do professor Franciszek Kluch relatadas para Edmundo Gardolinski (1977) é perceptível o caráter multicultural desta escola principalmente quando nos reportamos à época em que atuou. Assim a descreve Kluch:

Conseguimos, finalmente, que, em cerca de 40 escolas polono-brasileiras, a vida escolar e social se desenvolvesse admiravelmente. Dispúnhamos, então, de escolas repletas de crianças; além disso, o trabalho pedagógico decorria alegremente. Canções escolares polono-brasileiras, jogos infantis ou desportivos, organizados cada vez melhor, por técnicos experimentados, representações teatrais, cooperativas, tudo isso enfim proporcionava à juventude tanto entusiasmo para viver e para estudar que os corações se enchiam de alegria diante de semelhante espetáculo. O professor chegava a esquecer todas as agruras e dificuldades com a obtenção dos resultados tão belos e promissores. (GARDOLINSKI, 1977, p. 85)

A escola funcionou até 1917 e o momento sua interrupção é inexplicável. Em 1922 surge então uma outra escola junto a sociedade “Tadeusz Kosciuszko”, filiada à sociedade-mater “kultura”.

Na localidade de Caçador, estabeleceu-se uma escola no ano de 1918 com a chegada do professor Wladiyslaw Tyminski, que havia emigrado da Argentina. Gardolinski (1977) acrescenta:

Inicialmente, as aulas eram dadas na moradia do próprio mestre. Um ano mais tarde (1919), por iniciativa de vários colonos mais esclarecidos [...] foi fundada uma sociedade denominada “Napród” (Avante), que, por sua vez, tomou a si o encargo do funcionamento regular do ensino. A escola progrediu rapidamente, contando com uma frequência de dezenas de alunos de ambos os sexos. Os colonos contribuíam com as taxas escolares, à medida de suas posses e da maneira mais singular: pagavam quanto podiam, inclusive prestando serviços braçais nos terrenos pertencentes à escola. (GARDOLINSKI, p. 82-83)

---

<sup>55</sup>Embora estes locais tenham integrado espaços destinados a etnia polonesa não constituem o foco principal da pesquisa.



Fotografia 6 – Escola Polonesa em Alto Caçador, interior de Gaurama. Ano de 1928.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

Em 1926, na divisa entre a Linha 4 – Secção Paiol Grande, e Linha 1 – Secção Barro, organizou-se a “Sociedade Maria Konopnicka”, através da iniciativa do professor Franciszek Kluch, que também atuou como mestre de obras conseguindo toda a mobília da sociedade e, mais tarde, da escola mantida pelas contribuições dos colonos, onde foi o primeiro professor. O terreno foi oferecido por Jan Wojciechowski.

Uma forte característica do elemento polonês foi a acentuada religiosidade católica. Os rituais que envolvem a morte são impregnados por um sentimento afetivo: significa a separação dos que conviveram juntos, é igualmente, um momento de confraternização social, homenagens e estreitamento de relações. O ato de velar, do luto foi prática cotidiana destes imigrantes:

Fotografia 7 – Senhoras da Sociedade Polonesa. O grupo estava lembrando a data "pós-mortem", de uma pessoa. O mesmo está no quadro que se encontra dentro de uma moldura de madeira, ornada de uma fita preta, em sinal de luto.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Ila Font. Erechim.

### 3.2 SOCIEDADE ITALIANA DI MUTUO SOCCORSO PRINCIPESSA MAFALDA<sup>56</sup>

Fundada em 1924, localizou-se primeiramente na rua dos Cabritos (atual Guilherme Francescon), depois transferiu-se para a esquina das ruas João Amândio Sperb e Oscar de Paris. Antes de sua extinção também funcionou no salão de Atílio Bertagnolli.

Embora tenha sido denominada de *mutuo soccorso* é classificada como recreativa e cultural, não mantendo qualquer tipo de relação com as demais sociedades existentes no estado e agindo apenas em seu âmbito restrito de influência. Segundo Giron (1994):

Em relação aos objetivos as sociedades italianas podem ser classificadas em de mútuo-socorro e recreativas-culturais. As sociedades de mútuo-socorro visavam a proteger seus associados, oferecendo-lhes pecúlios, pensões, aposentadoria. Algumas das sociedades de mútuo socorro apresentavam objetivos culturais e

<sup>56</sup>Princesa Mafalda foi transatlântico italiano que ficou conhecido pelo seu naufrágio ocorrido na costa da Bahia. Seu nome é uma homenagem a segunda filha do rei Vittorio Emanuele III, Mafalda de Saboia.



recreativos. As sociedades recreativas e culturais, porém, não se propunham ao auxílio recíproco dos associados. (GIRON, p.47)

Infelizmente, até o momento, não encontramos nenhuma imagem que retrate a sociedade e/ou seus membros. Uma reportagem do jornal *Diário de Notícias* de 24 de novembro de 1925<sup>57</sup> relata que no dia anterior Barro comemorou o cinquentenário da colonização italiana e que uma sessão cívica ocorreu à noite na sede da sociedade Princesa Mafalda.

Além da documentação dispomos de depoimentos orais que retratam um pouco de seu funcionamento:

[...] a sociedade italiana era lá na rua dos Cabritos que chamavam uma vez. E depois então era lá onde meu avô tinha a loja, bodega, então em cima era uma casa grande, tinha um andar de cima, então abriram o salão em cima e lá era então a sociedade. [...] Aqui onde é a loja do Mário...ai construíram um depósito, uma cancha de bolão, tudo...só se falava italiano lá, outra se casa...Era pra reuni o pessoal né, pra fazer festas, um baile assim,,<sup>58</sup>

Da mesma forma que nas demais sociedades de mútuo socorro, esta também era mantida através de mensalidade paga pelos sócios, os quais determinavam as diretrizes:

Era um salão grande e quando faziam baile tinha bastante gente. Meus amigos me contavam, eles faziam reunião assim pra ver... faziam aquele churrasco então tinha uma assembleia deles pra ver se iam fazer mais grande o clube, botaram bolão depois também. Depois também pra aumentar a mensalidade por mês eles pagavam né, esses sócios. Então eles faziam essas reunião né pra ver como é que iam fazer<sup>59</sup>.

### 3.3 SOCIEDADE DEUTSCHER VEREIN GRAF VON SPEE

A sociedade alemã, fundada em 1927 sempre funcionou na atual rua Esmeralda e, ao que veremos, foi um dos berços dos integralistas em Barro.

Em 1919, chefiados por Benito Mussolini, fundou-se em Milão os *Fasci italiani di combattimento*. Dois anos depois eles se transformaram no Partido Nacional Fascista. Ali bem perto, em 1933, o presidente da República alemã, Hindenburg, convida Adolf Hitler para chefiar o governo. Em poucos meses as oposições são eliminadas, e o partido nazista passa a ser o único na Alemanha.

<sup>57</sup>Ver Anexo B.

<sup>58</sup>WOLFF, Elside. Entrevista já informada.

<sup>59</sup>BEVILAQUA, Vergílio. Entrevistado por Elisiane Gnovatto, em Gaurama, 16 mai. 2015.

No Brasil governado por Getúlio Vargas entre 1930 e 1945 havia uma espécie de liberdade de circulação de nazistas, fascistas e integralistas principalmente até 1942. Mesmo antes do golpe militar de Vargas o Estado apelou para um conjunto de leis de exceção. Em sua essência, eles preparavam o Brasil para ceder ideais revolucionários enquanto “novidades da modernidade”.

Em Barro, as pesquisas apontam que os participantes das sociedades alemãs e uma parcela da Princesa Mafalda, seriam constituídos de fervorosos adeptos do nazismo pressupondo a influência do mesmo sobre o integralismo o que explicaria a adesão dos descendentes de alemães a esta ideologia.

É relevante a informação que obtivemos de que no mesmo ano em que Hitler assume a liderança da Alemanha, tivemos em Barro uma passeata cívica nazi-fascista saindo da sociedade alemã Graf von Spee como demonstra a foto:

Fotografia 8 – Em maio de 1933 passeata nazista saindo da Sociedade Alemã Deutscher Verein Graf von Spee em Barro.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

Uma reportagem do jornal *O Boavistense*<sup>60</sup>, datado de 30 de maio de 1933, denominada “*A festa do Reerguimento da Alemanha, em Barro*”, trata sobre esta passeata ocorrida nas principais ruas da colônia e os eventos que dela decorreram<sup>61</sup>.

Como nota-se, e, conforme a reportagem, liderava a passeata um cidadão fardado de “hitlerista” seguido de outros cavalerianos e de alunos da escola alemã que empunhavam bandeiras. No meio estava a banda do maestro Krüger seguido de representantes do jornal *O Boavistense* e grande número da população de Barro e das comissões de muitas outras localidades.

Por fim, vinha a bandeira nacional da Alemanha e da Marinha Alemã, estandartes da Sociedade Concordeia de Marcelino Ramos, da Sociedade Italiana Princesa Mafalda e da Graef von Spee. Nesta última ocorreu à noite a festa cívica com discursos apolíticos ao patriotismo do povo alemão foram saudados com aplausos pelo público que ali se presenciava.

É fundamental que este choque ao ver bandeiras nazistas em Barro, precisa ser entendido e analisado com o olhar do período. De fato o fúhrer do Partido Nazista reafirmou o país com seu projeto nacionalista e conquistou adeptos de sua ideologia em grande parte da Alemanha e no Brasil. Os alemães que aqui se estabeleceram saíram de uma Alemanha que sequer estava unificada assim, sentiam uma admiração pela obra que o partido nazista realizou e Hitler pode ser entendido neste contexto como um “salvador” e “benfeitor”. Até então as atrocidades que hoje conhecemos cometidos pelo nazismo ainda não havia se manifestado e, provavelmente as ideias racistas e anti-semitas não aportaram em Barro.

Os desfiles nazista e/ou dos camisas-verdes como eram chamados os integralistas eram eventos comum em Barro:

Eles desfilavam por tudo aí. O chão deles mesmo era pra baixo do hospital naquela rua que entra ali onde tinha a sociedade alemã...lá mesmo! Então eles tinham a “coisa deles”, lá era a sociedade deles, eles tinham alugado aí. Então lá todos os domingos eles tinham reunião depois saiam pra marchar<sup>62</sup>.

A adesão não se restringia somente a alemães: “Até na Linha 8 foi desfile muito grande na capelinha...Tinha diversas nacionalidades né. Tinha alemães, tinha italianos, tinha poloneses”<sup>63</sup>.

A ideologia integralista estava presente através da ritualística: o uniforme (centrado na

---

<sup>60</sup>Diário oficial do governo do município de Erechim. Órgão do Partido Republicano Liberal.

<sup>61</sup>Ver Anexo C.

<sup>62</sup>BEVILAQUA, Vergílio. Entrevista já informada.

<sup>63</sup>BEVILAQUA, Laura. Entrevistada por Elisiane Gnovatto, em Gaurama, 16 mai. 2015.

camisa-verde), o símbolo (a letra grega  $\Sigma$ ) e a saudação indígena “Anauê” entre membros das sociedades alemã e italiana:

Meu avô era integralista, e nós costurávamos camisa verdes, e nós tínhamos que usar camisa verde com emblema e tudo quando tinha reunião. Isto foi mais ou menos em 1937. Se reuniam na casa do meu avô que tinha um salão e bolão, mas não tinha ligação com a sociedade italiana.<sup>64</sup>

As pesquisas realizadas comprovam que foi forte a presença de integralistas e da AIB em Barro. Irschlinger (2001) apresenta os resultados parciais sistematizados referentes à sede Erechim e aos distritos. No caso específico de Barro, este obteve 66 (20%) de votos para eleição de prefeito e 76 votos (23%) para vereadores no ano de 1935.

No campo educacional, a sociedade agregava uma escola teuto brasileira dirigida pelo professor Geraldo Gutschnvager. Porém tivemos a existência também de uma escola evangélica Teuto-Brasileira que localizava-se juntamente com a Igreja Luterana<sup>65</sup>. Entre os anos de 1930 à 1938 foi regida pelo professor Emil Grieser.

Fotografia 9 – Escola Teuto Brasileira em Barro. Professor Grieser e seus alunos.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

<sup>64</sup>WOLFF, Elside. Entrevista já informada.

<sup>65</sup>Com relação à escola Teuto-Brasileira nos faltam dados mas, o fato dela existir juntamente com a Igreja Luterana pode-se perceber que no caso da colônia Barro não tivemos apenas cristãos católicos como, as vezes, a historiografia tradicional afirma.

As escolas alemãs recebiam orientações pedagógicas da Alemanha por intermédio de associações e ensino e de publicações periódicas locais, como o *Lehererzeitung* de Porto Alegre.

### 3.4 SOCIEDADE GENERALFELDMARSCHALL VON HINDENBURG<sup>66</sup>

O ano de sua fundação não foi identificado, sabe-se apenas que surgiu depois da Graf Von Spee, na localidade de Linha 2, secção Suzana. A existência de outra sociedade longe do núcleo urbano de Barro denota um caráter profundamente afirmativo dos elementos de germanidade.

Era um salão grande e os associados mantinham um calendário sistemático de atividades na sociedade. Dentre elas havia ginástica, canto, teatro além das ações comuns como o treino de bolão, bailes e festas:

Era somente alemães aqui, quando tinha baile era cento e poucos casais que dançavam, ela ficava onde mora meu filho agora, o terreno era da sociedade alemã, eu participava da sociedade. Ali tinha o clube de ginástica, tinha o clube de cantoria, tinha uma orquestra, a orquestra do Krüger e do Moron<sup>67</sup>.

Fotografia 10 – Membros da sociedade alemã Von Hindenburg com vestimentas usadas para a ginástica.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

<sup>66</sup>Paul von Hindenburg foi um político e marechal alemão. Foi o segundo presidente da Alemanha (1925-1934) e foi quem nomeou Adolf Hitler como chanceler em 1933.

<sup>67</sup>LINCK, João Euclides. Entrevistado por Gládis Helena Wolff, em Gaurama, 12 mar. 2005. Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong.



Outra atividade comum presente, para manter os laços com o país de origem, consistia na leitura de jornais vindos da Europa:

Ah eles falavam, liam o jornal que vinha da Alemanha né. Então eles liam o jornal e discutiam entre eles as vezes ficavam... Vinha o falecido Jericoski, a mãe do Rudi Franck, da Teresa vinham aqui as vezes e ficavam dois dias sentados ao lado da mesa lendo o jornal, dia e noite, até altas horas<sup>68</sup>.

Politicamente também estavam envolvidos com o integralismo que, como já vimos, parece ter sido comum na época: “Aí criaram o partido integralista eles eram nuns vinte, tinha uma porção a maioria rapaziada, eles faziam passeatas<sup>69</sup>”. A foto a seguir demonstra o engajamento das famílias diante do ritual defendido pelo Sigma:

Fotografia 11 – Família Asen com vestimentas integralistas em Barro. Integrantes da sociedade alemã Generalfeldmarschal von Hindenburg.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

Por fim, as dinâmicas do processo histórico na colônia Barro foram alimentadas pelas afirmações próprias de cada grupo étnico e constantemente reconfigurada através dos contatos interétnicos e pela internacionalização das relações. Essas identidades que foram sendo construídas marcaram a noção de pertencimento e, ao mesmo tempo, reafirmaram a

<sup>68</sup>BURGRAFF, Oscar Friedolin. Entrevistado por Elisiane Gnovatto, em Gaurama, 30 mai. 2015.

<sup>69</sup>LINCK, João Euclides. Entrevista já informada.

multietnicidade existente no local assinalada pelas diferenças sociais com fatores políticos e econômicos que demarcaram aquela configuração.

#### **4 OS EFEITOS DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM BARRO: CAMPO DE BATALHA**

“A idealização de uma sociedade culturalmente homogênea é tão forte que todos os elementos que não se enquadram num esquema preestabelecido são vistos como nocivos ou perigosos”. (WILLEMS apud GÉRTZ, 1987, p. 26)

Como vimos, uma das principais características do Estado Novo foi a exaltação do nacionalismo que buscou integrar e unir a população por meio de um Estado centralizador e autoritário. A Campanha de Nacionalização, como ficou conhecida, tinha como objetivo principal: terminar com as minorias nacionais através de uma legislação rigorosa.

Barro sentiu os efeitos desta política que iniciou com o Decreto-Lei 383 de abril de 1938, mas intensificou-se, sobretudo a partir de 1942 através de campanhas nacionalistas, ações institucionais e repressivas. Entrecruzando as memórias narradas com fontes indicaremos a atuação da política sobre Barro e a população de imigrantes.

Com o intuito de difundir uma única versão acerca da identidade nacional brasileira estava a ideia de dissolver a possibilidade de enquistamento étnico lembrando que não atingiu de forma linear todos os grupos havendo diferenças na avaliação das populações “estrangeiras”. A ação se fortaleceu com a declaração de guerra entre Brasil ao Eixo em 1942. Sem dúvida, a partir de então, os grupos mais perigosos foram os italianos e alemães.

Os alienígenas<sup>70</sup> representavam perigo para a Nação principalmente se estivessem aglomerados em um mesmo espaço onde haviam organizado escolas, igrejas e associações que contribuía para a preservação da língua e costumes, bem como a transmissão aos seus descendentes. A partir de então, a região de Barro, multiétnica e integradora de sociedades étnicas se tornou suspeita de representar centros da ação dos países inimigos em território brasileiro.

A política de nacionalização foi um golpe inesperado para os imigrantes e descendentes dos países beligerantes por que foram privados de sua vida cotidiana, cultural, política e social. Entre as principais determinações estava a proibição de falar as línguas das potências do Eixo em público, o que causou um abalo profundo, pois a maioria desconhecia o português e falavam apenas os dialetos. A língua vernácula é um dos sustentáculos da

---

<sup>70</sup>Alienígena era uma das formas como o imigrante e descendente era identificado pelos decretos-lei do Estado Novo.



identidade nacional na construção simbólica do nacionalismo, juntamente com a unidade cultural. As restrições envolviam o meio rural principalmente quando o colono saía de sua linha e dirigia-se à cidade:

Eu me lembro bem, ele tinha proibido os italiano de falar né. Tinha muita gente que nem ia mais pra Gaurama porque eles tinham medo. Por exemplo o alemão também tinham proibido mas como é que iam proibir se os coitados não sabiam falar “brasileiro”? Ah mas tem muita gente que ficou tempo sem vir...eles tinham medo<sup>71</sup>.

O medo que atingiu a população advém das perseguições sofridas aqueles que falavam a língua de origem. As prisões de cidadãos com sobrenomes alemães e italianos não foram incomuns como Lauro Thomé (1961) relata:

[...] conhecemos aqueles “valentes” delegados e subdelegados de polícia a prenderem pacatas e laboriosos colonos, por se chamarem esses Closs, Acco, Schilke, Pilatti, Francke, Bigaton, Krieger, Finocchio, Hanker, etc. E, o que não fôsse, Pereira, Costa, Chimango, ou o que quer que seja, de nome luso, era tido e vendido por “Quinta Coluna”... Quanta miséria e quanta perseguição se moveu, então, aos brasileiríssimos descendentes de alemães e italianos [...]. Contam, por exemplo, para configurar a estupidez da época, o fato ocorrido com Bigaton: a polícia raspou-lhe o bigode, por se assemelhar ao de Hitler, a quem o infeliz sequer conhecia de moldura. (THOMÉ, p. 46-47)

As denúncias, em muitas situações, advinham de desavenças pessoais como ocorreu com o médico italiano Marcos Finnocchio que fora denunciado por outro médico que pretendia instalar-se no hospital. A desavença causou a prisão de Finocchio que foi levado à Porto Alegre, onde ficou num hotel, mas devia apresentar-se à polícia todos os dias. Quando retornou à Barro, foi festivamente homenageado:

---

<sup>71</sup>BEVILAQUA, Vergílio. Entrevista já informada.

Fotografia 12 – Recepção de cidadãos ao Dr. Finocchio (centro da foto) após seu retorno da prisão.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

Com o objetivo de evitar a concentração de imigrantes da mesma nacionalidade numa só região, buscou-se realizar um cadastro dos que se achavam residindo no país a partir da criação dos serviços de registros de estrangeiros. O que teria sido feito a partir do artigo 130 do decreto 3.010, de 20 de agosto de 1938. Dessa forma era possível controlar os imigrantes e seus descendentes para evitar a formação de núcleos étnicos:

Fotografia 13 – Certidão de Registro de Estrangeiro de Luiz Esposito, 1939.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

Delegacia de Polícia de JOSÉ BONIFÁCIO

Certidão de Registro de Estrangeiro  
(Art. 149, § 2.º do Decreto 3.016 de 20 de Agosto de 1938)

Livro N.º 6 Fls. 87

Nome *Luiz Esposito*  
 Nacionalidade *Japonesa* Profissão *Agricultor*  
 Idade *37 anos* Estado civil *Casado*  
 Residência *Fazenda Esposito s/nº Vila Gaurama*  
 Onde trabalha *no sítio de sua propriedade*  
 Há quanto tempo reside no Brasil *16 anos*

Esposa:  
 Nome *Cecília*  
 Nacionalidade *Brasileira* Idade *39 anos*  
 Filhos:  
 Nome *Adriana* Nacionalidade *Brasileira* Idade *10 meses*

Observações

JOSÉ BONIFÁCIO 20 de Junho de 1939

Fonte: Arquivo particular de Alfonso Esposito, Gaurama.

Após o governo brasileiro declarar guerra ao Eixo consolidou-se uma preocupação com a possibilidade de que os imigrantes poderiam divulgar ou se organizar em torno do nazismo e que este fato, mais do que retardar a nacionalização, representava uma ameaça à segurança nacional. Segundo Seyferth (2000):

[...] a propaganda nazista causou efervescência étnica e até mesmo entusiasmo pela vinculação com o desenvolvimento da Alemanha [...]. As medidas nacionalizadoras atingiram todos grupos de (i) migrantes, mas as atividades nazistas e a participação do Brasil contra o Eixo na Segunda Guerra direcionaram especialmente as ações repressivas às etnias daquele bloco. (SEYFERTH, p. 307-308)

Como consequência da guerra, houve restrições às liberdades individuais: necessidade de autorização para viajar dentro do país; apreensão de materiais como livros, revistas, jornais, documentos, destruindo assim parte da memória histórica da imigração e eventual prisão àqueles que não se expressavam em português. A guerra transformou alienígenas em inimigos potenciais. Seguidamente, tinham que se apresentar na Delegacia de Polícia: “O pai cada

sexta feira tinha que se apresentar em Gaurama, na época Barro né. Eles tinham que ir lá se apresenta que tavam ali. Assim como os alemães, os italianos né<sup>72</sup>. O Salvo Conduto – autorização concedida à um cidadão para transitar de um ponto a outro da região – também servia como forma de monitoramento:

Fotografia 14 – Salvo Conduto de João Vendruscolo, 1942.

RIO GRANDE DO SUL  
 BRASIL

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA  
 da REGIÃO POLICIAL  
 SUB-DELEGACIA DE POLÍCIA

**SALVO CONDUTO** Nº 169

Válido por 60 dias, salvo revalidação

Nome: JOÃO VENDRUSCOLO  
 Nacionalidade: Brasileira Idade: 65 anos  
 Nascimento: 26/9/1877 Estado Civil: Casado  
 Naturalidade: Cachoeira Domicílio: Barro  
 Profissão: Industrialista  
 Filiação: José e Angela Vendruscolo.

Nenhum impedimento existe a respeito do portador, pelo que as autoridades que deste tiverem conhecimento não deverão opor-lhe quaisquer embaraços.

Não tem valôr a fotografia anexa, que não tiver a rubrica da autoridade e o carimbo da Delegacia.

Residência: Barro, o.º dit.º de José Bonifácio.  
 Observações: Pessoa conhecida, viaja só.

Destino: JOSÉ BONIFÁCIO.

Assinatura do portador: João Vendruscolo  
 Barro 21 de Setembro de 1942  
 Pedro Fereira - Sub-Delegado de Polícia

Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

Neste contexto histórico, diversos decretos-lei foram promulgados restringindo atividades econômicas, sociais, culturais e esportivas de cidadãos estrangeiros. As sociedades étnicas foram proibidas e suas sedes podiam servir para outras finalidades:

Com os decretos-leis n.º 4612, de 24 de agosto de 1942; n.º 4614, de 25 de agosto de 1942 e n.º 4636, de 31 de agosto de 1943, estabelecimentos bancários, comerciais, companhias de seguro e sociedades de mútua-ajuda de cidadãos dos países em guerra com o Brasil tiveram suas autorizações cassadas, sendo proibidas de funcionar. (SGANZERLA, 2001, p. 132)

<sup>72</sup>BURGRAFF, Oscar Friedolin. Entrevista já informada.

Em Barro, a Sociedade Marechal Joséj Pilzudski encerrou suas atividades em 1937, a Sociedade Italiana Princesa Mafalda em 1938 e as demais, até o momento não sabe-se exatamente a data em que deixou de funcionar mas, até 1942 estavam extintas para que pudessem se associar às respectivas culturas nacionais.

Conseqüentemente, as escolas que integravam também foram desativadas e, sem dúvida, foi um dos impactos mais fortes. Foi o decreto-lei nº 88, de 31 de março de 1938 que extinguiu as escolas consideradas suspeitas e obrigou as demais a se reestruturarem de acordo com a legislação vigente no sentido de se transformarem em “escolas nacionais” sob o risco de serem fechadas.

O ensino da língua vernácula tornou-se obrigatória e os decretos e medidas de intervenção impossibilitaram o funcionamento das escolas etnicamente orientadas. As instituições de ensino bilíngues apresentadas anteriormente, fundadas no seio das sociedades por cidadãos que acreditavam na educação e que também queriam manter suas identidades, não conseguiram cumprir as principais exigências contidas na nova legislação. Além da mudança nos currículos com o acréscimo da disciplina denominada “educação moral e cívica”, a “educação física” ministrada por instrutores militares:

[...] todas as escolas deviam ter nomes brasileiros, só brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras, as aulas deviam ser ministradas em português, sendo vetado o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos, as subvenções de governos e instituições estrangeiras foram proibidas. (SEYFERTH, 1999, p. 220)

Para o professor Boleslau Wenclewski:

até a época da campanha de nacionalização de tão triste memória, a vida e o ensino no interior floresciam de um modo simples e natural. As crianças estudavam e falavam tanto em polonês como em português e todos recolhiam bons resultados com isso. Depois com interferência do Estado, infelizmente tudo mudou. (GARDOLINSKI, 1977, p. 90)

A substituição linguística extrapolou a escola e, neste mesmo período, Barro passou a denominar-se Gaurama, em 1944, em virtude da preocupação de ordem nativista do governo que culminou com a substituição de vários topônimos.

A repressão ao uso das línguas estrangeiras não teve os resultados imediatos esperados. Parte da população urbana, já era bilíngue em decorrência do processo sociológico de assimilação. O uso da língua materna ainda persistia no espaço doméstico e no meio rural

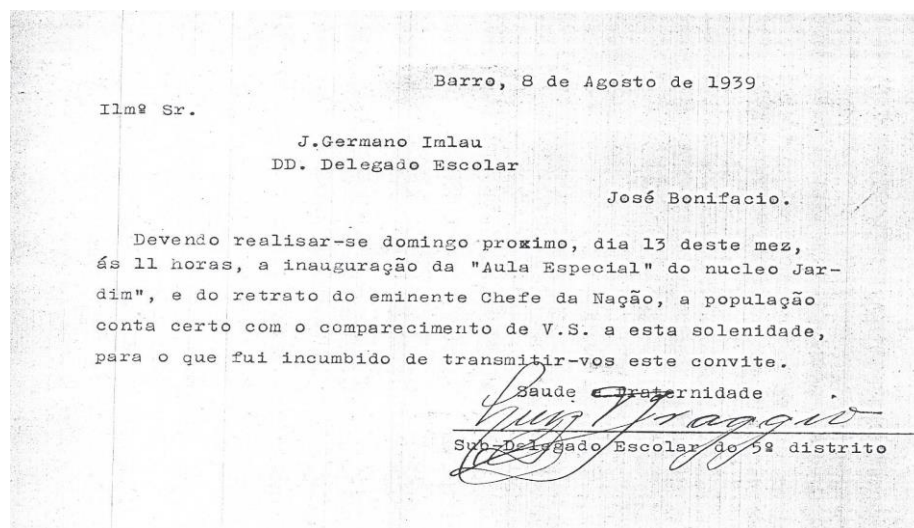


onde grande parte dos colonos, os mais velhos principalmente, desconheciam a língua portuguesa:

Pra nós era muito complicado falar outra língua que não era o italiano... A gente aprendeu desde pequeno porque aqui em casa nós só falava essa língua, e os vizinho, todo mundo que morava aqui perto falava assim, era na missa, na escola, por tudo. Aqui o que mais tinha era italiano e depois alemão, eram todos que vinham de fora pra morar aqui em Barro. Foi muito difícil, teve gente que foi até presa por isso, mas depois a gente se acostumou<sup>73</sup>.

Diversas medidas foram aplicadas para atingir os objetivos da campanha nacionalizadora. Além da proibição das sociedades culturais, das escolas étnicas, falar a língua estrangeira em lugares públicos (inclusive nas igrejas) tornou-se obrigatório o serviço militar para os filhos de imigrantes, proibiu-se todos os tipos de publicações (jornais, transmissões radiofônicas, etc.) em língua estrangeira e todas as fábricas, clubes, escolas eram obrigadas a ostentar os retratos do Presidente da República. Vargas utilizou-se deste meio, comum entre os ditadores, como forma de cultuar a personalidade, uma estratégia de propaganda política evidenciada em Barro:

Fotografia 15 – Convite para inauguração do retrato de Getúlio Vargas no núcleo “Jardim”, 1939.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.

O objetivo da intervenção do Estado Novo estava além da problemática do idioma,

<sup>73</sup> AZZOLINI, Élzide. Entrevista realizada pelo Museu Municipal Irmã Celina Schardong, em Gaurama, mar. 2010. Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong.

pretendia através da desconstrução linguística, o dismantelamento cultural e da identificação do imigrante com sua pátria de origem. No caso das sociedades, não bastava intervir nestes espaços de sociabilidade apenas por ser um local onde o idioma estrangeiro era praticado, mas também eliminar o espírito coletivo gerado entre os sócios.

Embora tenha sido o intuito, a campanha não conseguiu acabar com os sentimentos de etnicidade. Esse cerceamento imposto não significou que os indivíduos que compunham tinham sido despojados de seu universo simbólico cultural e, embora latente no espaço público, era constantemente atualizada no espaço privado.

#### 4.1 O FIM DAS SOCIEDADES ÉTNICAS E A FUNDAÇÃO DO CLUBE ALIANÇA

Após esta nacionalização forçada, extintas as sociedades étnicas presentes em Gaurama, tratou-se de unificar estas instituições. Conforme a Ata nº 1, do dia 04/12/1938, redigida em reunião na sede da ex-sociedade italiana Principessa Mafalda, na presença de 120 sócios integrantes desta e do Barrense Football Club, ficou decidido a união do Barrense com a ex-sociedade italiana denominando Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense. Esta fusão foi unanimemente aceita, conforme a ata:

Fotografia 16 – Ata de nº 1, redigida no dia 04/12/1938 (Livro de actas nº 1, da Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense aberto em 26/05/1939).

Ata nº 1.

Aos 4 dias do mês de Dezembro de mil e novecentos e trinta e oito, às 11 horas, na sede da ex-Sociedade Italiana Princesa Mafalda, nesta localidade Barro, 5º distrito do Município de José Bonifácio presentes sócios do Barrense F.B.C. e da mesma sociedade conforme pora acima, em numero de 120 - cento e vinte, foi aberta a sessão pelo sr. Portelo Boretto presidente da ex-Sociedade Italiana.

O sr. Boretto deu a palavra ao sr. Profeta Ramos que explicou os motivos da reunião, sendo que estes foram os seguintes: A união do Barrense F.B.C. com a ex-Sociedade Italiana, ficando denominada Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense, a qual foi posta em aprovação, tendo sido unanimemente aceita.

A Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense assumirá desta data em diante todo o ativo e passivo da ex-Sociedade Italiana e do Barrense F.B.C., bem como todas as responsabilidades que lhe caberem.

As duas sociedades, representadas por suas respectivas diretorias, comprometeram-se em prazo determinado pela Diretoria do Barrense, digo, pela Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense, apresentarem os respectivos balanços.

Na mesma ocasião ficou resolvido que para as 13,50 horas de hoje, ficasse convocada nossa sessão para a eleição da Diretoria que regerá os destinos da dita sociedade e assumirá a completa responsabilidade do 31 de Dezembro do corrente ano e 31 de Dezembro de 1939.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo

Fonte: Acervo do Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Aliança.

No dia 10/02/1942 outra reunião ocorreu na sede da então Sociedade Recreativa Esportiva Barrense para tratar de sua fusão com a Sociedade Esmeralda<sup>74</sup>. Decidiu-se que cada sociedade poderia nomear uma comissão de três a quatro homens para a regularização de créditos pendentes e levantamento de opinião sobre esta fusão, conforme a ata nº 11:

<sup>74</sup> Até o momento não encontrou-se documentação relativa à Sociedade Esmeralda. É possível indicar a hipótese de que a Sociedade Alemã Graf von Spee tenha se autodenominado como Sociedade Esmeralda na época da nacionalização lembrando que ela sempre funcionou na rua Esmeralda.



Fotografia 17 – Ata de nº 11, redigida no dia 10/02/1942 (Livro de actas nº 1, da Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense aberto em 26/05/1939).

Ata nº 11

Aos dez dias do mês de fevereiro de 1942, na sede social da Sociedade Recreativa Esportiva Barrense, (foi) dito, tendo comparecido a diretoria da Sociedade Esmeralda, conforme comite verbal composto dos Sr. Orlando Schneider, Ignácio Hartmann, Alfredo Hartmann, o presidente Ruby Wolff declararam aberta a sessão.

A primeira coisa a tratar, foi sobre a fusão das Sociedades.

Após longa palestra ficou deliberado o seguinte: cada diretoria nomeará uma comissão composta de 3-4 homens a fim de terem com os respectivos credores, para que regularizem o seu credito, e dêem a opinião; cada comissão terá uma lista para tomar o nome dos sócios atuais, e pedir-lhes a opinião, caso estejam de acordo, é basta te que dêem o "sim"; domingo dia 15 as 10 horas cada diretoria deverá apresentar a comissão supra referida.

Em casos de ausência do presidente da Sociedade Esmeralda, o Sr. Orlando Schneider nomeará verbalmente o Sr. Geno Weit para exercer as funções.

E como nada mais havia a tratar, o Sr. presidente declarou encerrada a presente sessão, da qual em Stenio Stefano Jordan lavrei esta ata que vai assinada por todos os presentes.

Ruby Wolff  
Stenio Stefano Jordan E. L. L. L.  
Nilo Leppen

Fonte: Acervo do Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Aliança.

Desta forma, deu-se em 1942, a criação do Clube Aliança oriundo da união da Sociedade Recreativa e Esportiva Barrense e a Sociedade Esmeralda. Elementos das sociedades étnicas como salão de baile e quadros de bolão foram introduzidos e, sem dúvida, sua denominação expressava o princípio do período: o fim da divisão das etnias e a união em torno de uma sociedade comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenrolar da pesquisa buscamos responder alguns questionamentos que motivaram a opção pelo tema. Procuramos analisar o impacto da campanha nacionalista de Vargas na dissolução das sociedades étnicas de Barro (Gaurama), tendo em vista o papel importante que desempenharam nos povoados nascentes, pois constituíam espaços de lazer e de solidariedade, além de contribuírem como reforços à (re) afirmação de identidades coletivas nacionais e estrangeiras.

Partindo de uma análise teórico metodológica de conceitos como nação, nacionalismo etnia e identidade buscamos entender como se deu a ocupação do espaço do atual município de Gaurama a partir da (i)migração no início do século XX, e estudar a formação das sociedades étnicas, seus objetivos, suas práticas, seu papel sócio-político na colônia Barro.

Tendo em vista que a localidade, como vimos, foi sede de um grupo integralista, e que alguns membros das sociedades alemãs adotaram a suástica nazista concluímos que buscavam fortalecer o sentimento de pertencimento a uma coletividade. Assumiam bandeiras que muitas vezes não sabiam a extensão de sua atuação, nem as consequências que poderiam ser acarretadas. Normalmente, isso ocorria pela distorção das informações, pois recebiam apenas aquilo que convinha para o aparelho ideológico do grupo que estavam se inserindo.

O que vimos ao longo do trabalho, reforçou a tese de que estas sociedades étnicas foram fundamentais para a adaptação dos migrantes e imigrantes. Neste caso em um dos ex distritos da Colônia Erechim existia um forte senso de cooperação e solidariedade entre os conterrâneos tendo em vista todas as dificuldades encontradas ao longo deste processo. Estes (i)migrantes, vindos de regiões multifacetadas em Barro formaram uma sociedade quase “babélica” pela multietnicidade presente.

A cada leitura, a cada depoimento, em cada matéria de jornal, encontramos relatos que demonstram pessoas deslocadas de suas origens. Em muitos casos, serviram de massa de manobra para os interesses dos governos brasileiros, primeiramente para substituir a mão de obra escrava, depois em uma perspectiva eugenista de branqueamento da sociedade. E, quando já estabelecidos em suas pequenas propriedades urbanas ou rurais, foram atingidas por uma política ultra nacionalista do governo Vargas.

O mesmo governo que foi o responsável pela consolidação das leis trabalhistas, da valorização do trabalho e construtor das primeiras estatais, perseguiu, prendeu, multou e aterrorizou aqueles que por escolha ou não, não falavam português. O complexo cenário do

período pode ajudar a explicar a atuação do aparelho repressivo do estado, mas jamais justificar o cerceamento das liberdades individuais que os cidadãos brasileiros que mesmo não naturais daqui, haviam adotado o país como sua nova pátria.

Os (i)migrantes, a partir da lei de nacionalização, foram tolhidos na possibilidade do bilinguismo. Em suma esta politica foi extremamente prejudicial à todas as sociedades étnicas e a todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente nesses grupos. O fomento a cultura do ódio pelos imigrantes e por tudo aquilo que representavam criou, principalmente nas pequenas vilas, um ambiente de denunciismo com prisões e situações constrangedoras.

Enfim, este trabalho consistiu num estudo exploratório de fontes históricas diversas. O mesmo não teve a pretensão de esgotar-se até por que, no decorrer do estudo, percebemos que existem outras possibilidades de pesquisa, como o Arquivo Público de Porto Alegre, a Associação Integralista do Rio Grande do Sul e os consulados.

Pode-se afirmar que a causa da formação das sociedades seja a multiétnicidade de Barro? Por que num espaço onde havia apenas a estação, algumas casas comerciais, alguns agricultores e mata, constatamos a formação quatro sociedades étnicas? Os alemães, com duas sociedades constituídas tinham mais necessidade de reproduzir suas culturas germânicas para se auto-afirmar diante das outras etnias? Estes questionamentos ainda permanecem, o que comprova que o tema requer outras pesquisas, pois principalmente na história regional, dificilmente teremos uma obra definitiva e finalizada.

**REFERÊNCIAS**

- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ANDERSON, Walfred A.; PARKER, Frederick B. **Uma introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.
- AZZOLINI, Élzide. Histórico de Gaurama. [12 mar. 2005]. Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong Entrevistada por Gládis Helena Wolff, em Gaurama.
- BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Cultura de Classe**. Campinas: Unicamp, 2004.
- BERTONHA, João Fábio. **Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil**. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, n.40, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BEVILAQUA, Laura. Sociedades Étnicas e Nacionalização. [16 mai. 2015]. Entrevistado por Elisiane Gnovatto, em Gaurama.
- BEVILAQUA, Vergílio. Sociedades Étnicas e Nacionalização. [16 mai. 2015]. Entrevistado por Elisiane Gnovatto, em Gaurama.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.) **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BURGRAFF, Oscar Friedolin. Sociedades Étnicas e Nacionalização. [30 mai. 2015]. Entrevistado por Elisiane Gnovatto, em Gaurama.
- CALIL, Gilberto Grassi. **Plínio Salgado em Portugal (1939-1946): um exílio bastante peculiar**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho 2011. p. 1-16.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. **Uma abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta: o caso do integralismo em Ijuí**. 1994. Dissertação (Mestrado) – UFRGS.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 107-143

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARON, Márcia dos Santos. Colonização privada em área de colonização oficial: Considerações sobre a implantação das atividades da empresa colonizadora Luce, Rosa e Cia LTDA no Alto Uruguai gaúcho (1915-1920). In: TEDESCO, João Carlos. HEINSFELD, Adelar. (Orgs.) **Colonos, Colônias e Colonizadores**: Aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Vol. II, Erechim: Habilis, 2009.

CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in America**: História, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2002.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 17-20. (www.cpdoc.fgv.br)

\_\_\_\_\_. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930**. Revista de Economia Política, vol.2, nº 1, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH C., VASCONCELLOS, N. (orgs.) **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994.

GIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**. O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GIRON, Loraine Slomp; CORSETTI, Berenice. As companhias de colonização: a reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis A. (Org). **A presença italiana no Brasil**. Vol. II.

Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: A emergência do preconceito.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HELFENSTEIN, Amândio Adão. Histórico de Gaurama. [12 mar. 2005]. Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong Entrevistado por Gládis Helena Wolff, em Gaurama.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOBBSAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KARNAL, Oscar da Costa. **Subsídios para a história do município de Erechim.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Bóris (Org.) **Fazer a América.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

KLIEMANN, Luiza H. S. **RS Terra e Poder: História da questão agrária.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo.** Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **Perigo verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938).** Passo Fundo: UPF, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: Fase superior do capitalismo.** São Paulo: Centauro, 2008.

LINCK, João Euclides. Histórico de Gaurama. [12 mar. 2005]. Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong Entrevistado por Gládis Helena Wolff, em Gaurama.

MANFROI, Olivio. **Colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas, políticas e culturais.** Grafosul: 1975.

MANIFESTO Integralista, 07 de outubro de 1932. In: CHACON, V. **História dos partidos brasileiros.** Brasília: EDUNB, 1985.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra: A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914).** Passo Fundo: UPF, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D' ARAUJO, Maria Celina (Org). **As instituições brasileiras da era Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Ed. FGV,

1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 15-37.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de BARTH, Fredrik, **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RUBIM, Santos Leão de Aquino. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

SALGADO, Plínio. **O Integralismo brasileiro perante a nação**. Lisboa: Editora Gráfica Nacional, 1946.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro**. In: XVII Encontro Anual da ANPOCS, 1993, Caxambu, MG.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. Os Imigrantes e a Política de Nacionalização do Estado novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 257-288. (www.cpdoc.fgv.br)

SILVA, José Luiz Werneck da. **O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SGANZERLA, Cláudia Mara. **A lei do silêncio: Repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

THOMÉ, Lauro Néilson Fornari. **Esboço Histórico de Gaurama: Em comemoração ao cinquentenário de colonização**. 1961.

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: história da ferrovia no Contestado**. Caçador: Imprensa Universal, 1980.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

WACHOWICZ, Ruy. **As escolas da colonização polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, Regina. A construção da “origem”: Os “alemães” e a classificação trinária. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs) **RS: 200 anos**. Definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF, 2002.

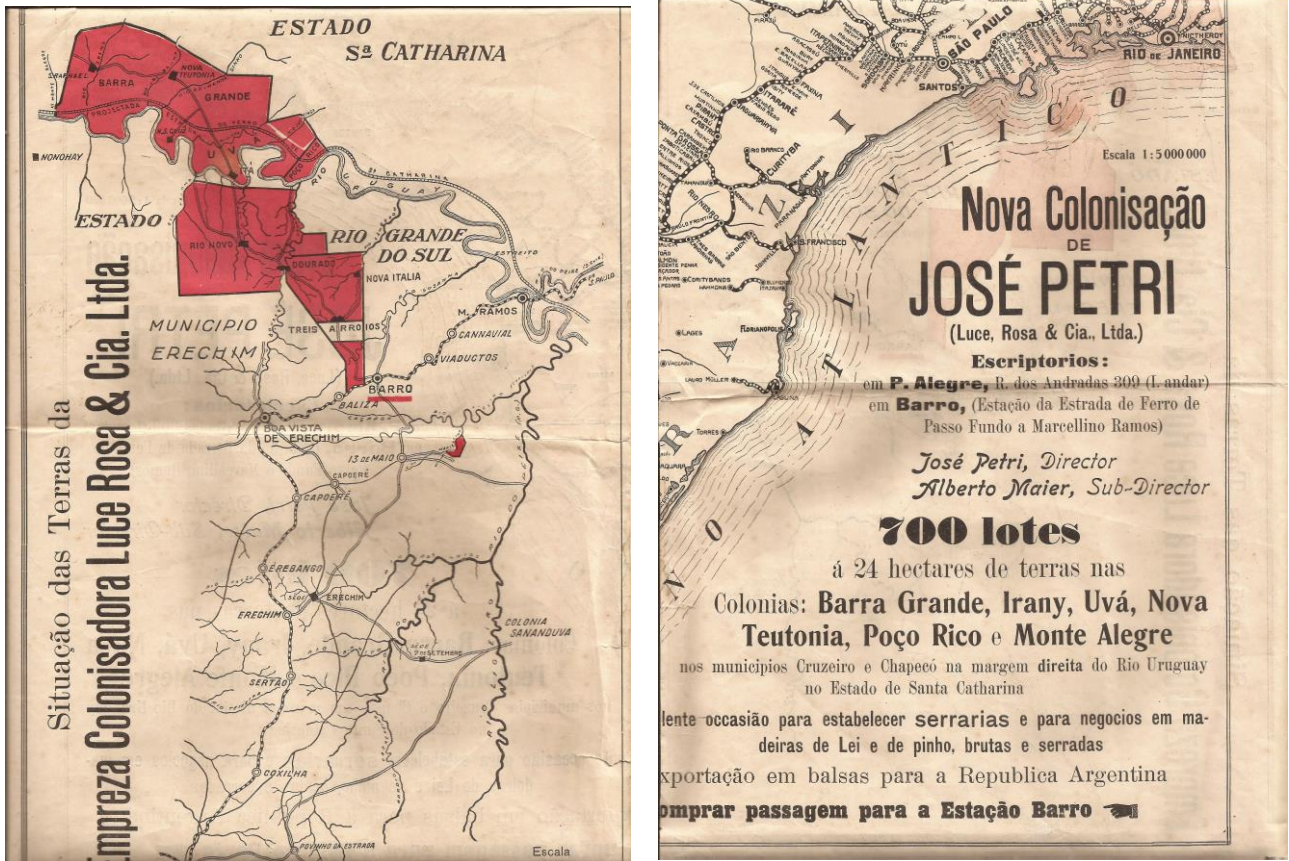
WOLFF, Elside. Histórico de Gaurama. [19 set. 2003]. Acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong Entrevistada por Gládis Helena Wolff, em Gaurama.

WOLFF, Gládis Helena. Rumo ao norte, pelos trilhos: A colônia Barro – Gaurama. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Colonos, colônias & colonizadores**: Aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Clio; Porto Alegre: Est. Edições, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trilhos de Ferro Trilhas de Barro**: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul Gaurama (1910-1954). Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005.



ANEXO A - Folheto de propaganda das terras da colonizadora Luce Rosa a partir de Barro e os locais de colônias em Santa Catarina, bem como o traçado da linha férrea e suas estações desde Passo Fundo. Chamamento para negócios com madeira, para exportação por balsas para a Argentina e as colônias da Luce Rosa em Santa Catarina.



Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama

ANEXO B – Reportagem: O cinquentenário da colonização italiana. Jornal Diário de Notícias, 24 de novembro de 1925.

ber.

**BOA VISTA DO ERECHIM.**

O cinquentenário da colonização italiana

**BOA VISTA DO ERECHIM.** — Realizou-se ontem, no povoado Barro, 5.º distrito deste município, imponentes festejos comemorativos do cinquentenário da colonização italiana.

A's 10 horas partiu daqui um trem especial, levando autoridades e famílias, parte da colonia italiana desta villa, e uma missão do "Club Italo-Brasileiro", que foi tomar parte nas festas.

Alli chegados, falou, saudando o tenente-coronel Travassos Alves, comandante deste sub-sector, o sr. Attilio Lanardi, em nome da população de Barro e da sociedade italiana "Principessa Mafalda".

O tenente-coronel Travassos respondeu, agradecendo.

Quando os visitantes chegaram ao Hotel de Paris, falou, o sr. Wilibaldo Rohrsberg, presidente do "Club Cruzeiro", o qual, em nome das autoridades do povoado, fez um discurso de saudações ao tenente-coronel Travassos, que, em seguida, falou, agradecendo.

A' tarde, realizou-se uma partida de foot-ball, jogada entre os clubs "Italo-Brasileiro", e "7 de Setembro", a qual terminou com um empate por 2 a 2.

A' noite, houve uma sessão cívica na sede da sociedade italiana "Principessa Mafalda".

O presidente do comitato convidou o tenente-coronel Travassos Alves e o sr. Pedro Pinto de Souza, intendente municipal para assumirem a presidencia da sessão.

Falou o dr. Sebastião Cezar, orador official, que foi muito applaudido.

Falou depois o tenente-coronel Travassos Alves, que dirigiu uma saudação á mulher. A seguir, fez uso da palavra o sr. Frederico Carvalho.

Foi levantado um viva ao "Diário de Notícias", alli representado por um correspondente nesta villa, o qual fora gentilmente convidado.

O dr. Sebastião Cezar saudou a imprensa Mogradense, representada pelo "Diário de Notícias", com o seu excoente maximo.

A' meia-noite, os visitantes regressaram a esta localidade, em trem especial, vindo todos captivos pela maneira gentil com que alli foram tratados.

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Ila Font. Erechim.

ANEXO C – Reportagem: A festa do reerguimento da Alemanha, em Barro. Jornal O Boavistense, 30 de maio de 1933.

**O BOAVISTENSE**  
 DIÁRIO OFICIAL DO GOVÉRNO DO MUNICÍPIO DE ERECHIM  
 ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

---

Boa Vista do Erechim — Terça-feira 30 de MAIO de 1933 — Rio Grande do Sul — Brasil NUM. 158

---

ado do plei- no Estado	Liberais . . . . .	41.404
	Frentistas . . . . .	12.657

**A festa do Reerguimento da Alemanha, em Barro**

Decorreu dentro de um brilhantismo inulterável, a festa que a Colômbia da bandeira da Alemanha, que voltou a ser a mesma de antes da guerra.

As 2 horas teve início a passeata cívica. A frente a cavalo, ia um cidadão fardado de hilerista seguido de uma pequena cavalaria.

Após vinham os alunos da Escola Alemã empunhando festivas bandeiras.

No meio vinha a Banda de Música da Libha Jardim, sob a batuta do maestro Krüger.

Após ela vinha o subprefeito, sr. Luis Braggio, o sr. Alberto Mayer, secretário distrital, o prof. João Frañor e Estevão Carrero, representantes do «O Boavistense» precedidos pela bandeira nacional brasileira escoltada por reservistas do Tiro local n. 067.

Vinham, também, as bandeiras nacional da Alemanha, bandeira da Marinha Alemã, de Hitler, estandartes da Sociedade Concordia de M. Ramos e da Sociedade Italiana Príncipeza Matilde, e o estandarte da Sociedade A. Graef Speel, do lugar.

Continuava o cortejo a Banda de Música Municipal, sob a regência do nosso amigo maestro Pedro Araújo. E por fim grande número de exmas. sras, senhorinhas e distintos cavaleiros.

Foram percorridas as principais ruas de Barro, encaminhando-se, por fim ao Campo do S. C. Sete de Setembro onde teve

lugar sua lentochurrasco.

A 17 horas regressaram todos a sede do Distrito.

A's 20 horas teve início a festa oficial, nos vastos salões da S. A. Graef Speel, e á qual assistiu o Sr. Alberto Mayer, primeiro em alemão e depois em português, explicando o fim daquela festividade, fazendo ressaltar a grande obra de Hitler, na Alemanha, apontando as condições comunistas, um ditado invencível, beneficiando, assim, a paz entre todos os países.

Terminou com uma saudação à bandeira brasileira, consagrada numa apoteose ao som do Hino Nacional.

Após tomou a palavra o dr. Günther Severin. Seu discurso foi uma verdadeira apologia ao patriotismo do povo alemão, que, apesar das graves consequências da guerra, sabe vencer os mais tenzes inimigos e impõe-se á admiração do mundo, pelo prestigio de sua atividade e pela força de seu espirito de sacrifícios.

A Alemanha, arrancando-se á anarquia, ergue-se soberana, sobre os destroços do comunismo destruído.

E os alemães e descendentes de alemães, longe da patria, não podiam deixar de regozijar-se pela vitória da patria longínqua.

O dr. Severin referiu-se depois ao Brasil e finalizou seu eloquente discurso com estas palavras: Tudo por Deus e pela patria brasileira.

Prolongada salva de palmas saudou o orador.

Falou também o rev. Bantel, em nome da colônia alemã de Boa Vista e da Sociedade Concordia, daqui.

Felic poro foram entoados o Hino á bandeira

alemã, d o Hino Nacional Alemão.

Os alunos da Escola Alemã exultaram com os numeros que agradaram.

Encerrada a parte vica, tiveram iniciais danças, que se prolongaram até altas horas madrugada.

Antes do retirarem-se, por insistência do dr. Amintas Mascoteu entusiastico hilerista Alemã, brindaram ao que foi delirante e secundado pelo povo.

A festa que celebrou com a presença de todas as Comissões de muitas localidades, em um todo, a melhor impressão.

«O Boavistense» congratula-se com os motores da festa a pessoa do dr. Günther Severin, e do sr. Alberto Mayer, pelo brilhantismo da salientado, da licita a colônia alemã e a nossa municipalidade e a saudadora demonstração de civismo.

Fonte: Acervo do Museu Irmã Celina Schardong. Gaurama.